

OS ÍNDIOS DO BRASIL

ensaio antropológico

Luiz Guilherme Marques (magistrado da Justiça Estadual de Minas Gerais e escritor) e Vera Lúcia Ribeiro Rodrigues (terapeuta holística e pesquisadora da Cultura Indígena)

“Há uma História oficial, que nem sempre é verdadeira, e uma História real, que nem sempre é conhecida, mas que vale a pena ser revelada. Quantas vezes esse tipo de revelação tem acontecido e acaba prevalecendo, mesmo que demore muito tempo para que as pessoas se convençam dela.”

(Luiz Guilherme Marques e Vera Lúcia Ribeiro Rodrigues)

“O índio é assunto sempre presente em nossas revistas e jornais. Muito se fala dele, mas de um modo geral os brasileiros pouco sabem a respeito daqueles que continuam a viver segundo as tradições dos primitivos habitantes de nosso País. E não faltam estudos a respeito dos índios! A Bibliografia Crítica da Etnologia Brasileira de Herbert Baldus nos indica 2.834 obras publicadas até o ano de 1967, que têm os índios do Brasil como tema ou a eles fazem referências. Entretanto, o acesso a grande parte desses trabalhos não é fácil ao grande público por várias razões: um bom número está escrito em língua estrangeira, muitos têm edições esgotadas, uma grande parte é destinada a especialistas em Antropologia e ciências afins, em linguagem pouco fácil para aqueles não familiarizados com esses estudos. Por isso, a maioria das pessoas só conhece a respeito dos índios aquilo que aprendeu como estudante nas aulas de História e de Geografia do Brasil, cujos livros didáticos se mostram bastante deficientes

*naquelas unidades dedicadas aos indígenas,
contribuindo, por certo, para a formação de uma
imagem bastante deformada dos mesmos.”*

(Julio Cezar Melatti)

*“As tradições indígenas englobam uma série de conhecimentos
técnicos, por vezes complexos, que produzem efeitos reais. Seria
de grande valia a colaboração entre os especialistas em biologia
e em química e o etnólogo no estudo da medicina indígena, uma
vez que é possível que se descubram alguns elementos realmente
efetivos. Tais conhecimentos viriam enriquecer a própria
ciência dos civilizados.”*

((Julio Cezar Melatti))

PRIMEIRA IMPRESSÃO



Depois de estudarmos o tema deste livro durante alguns meses quase que em tempo integral, além das leituras que já tínhamos realizado separadamente desde muitos anos, mas naquela época ainda sem nenhuma pretensão de escrever a respeito, e também depois de refletirmos e dialogarmos muito sobre a temática indígena [1], sempre confiando no bom senso, que é a melhor das referências, que está acima das próprias leituras – as quais representam muitas vezes meros pontos de vista tendenciosos ou mesmo que distorcem a verdade, expostos por leigos ou historiadores - chegamos a uma série de conclusões, que exporemos neste livro.

Não pretendemos afirmar que a raça vermelha é superior às outras, pois cada uma tem seu valor, completando o quadro que representa a soma das especializações, para formar um conjunto benéfico para o todo, mas, infelizmente, ela não recebeu ainda o respeito que merece, principalmente por parte da raça branca, que “*colonizou*” a América.

A raça vermelha deu grande contribuição à humanidade, perceptível para quem tiver a paciência de realizar um estudo aprofundado da História da América pré-colombiana, incluindo também os próprios indígenas do Brasil, principalmente os tupinambás, da época de Cunhambebe e os guaranis contemporâneos de Sepé Tiaraju, sem contar os incas, astecas, maias e toltecas, que são os mais prestigiados por causa das suas obras de engenharia.

Não iremos citar cada um dos autores cujos livros compulsamos, mas apenas alguns, pois seria muito fastidioso e cansativo para nós mesmos ficar transcrevendo a fala de cada um e aprovando-a ou reprovando-a, com o que simplesmente estaríamos tentando convencer os prezados leitores de uma erudição que estamos longe de possuir e que também não nos satisfaz, pois deixamos a vaidade de lado há bastante tempo, porque a despersonalização possível é uma das nossas metas de vida, uma vez que o importante é não somente escrever, mas viver a verdade.

Inclusive também para os prezados leitores acreditamos ter sido boa essa opção de dizer tudo objetivamente e sem prolixidade, infelizmente tão comuns nos livros científicos, em

que a preocupação dos autores costuma ser a demonstração de erudição, fazendo cansativa a leitura e afastando os leitores comuns.

Ainda mais hoje em dia, em que as pessoas querem informações corretas com o menor número possível de palavras, no que estão certas, pois, na era da velocidade em que vivemos, não fazem sentido os textos engordados à força pela quantidade de referências bibliográficas desnecessárias.

Sabemos, como leitores que também somos, que ao leitor comum importa o conteúdo, a densidade e a veracidade das informações e não a comprovação, a cada passo, de que o pesquisador realmente procurou muitas fontes.

Os livros científicos costumam ser cansativos, isso é uma verdade e pouca gente gosta de compulsá-los.

O nosso público deverá ser o leitor comum, o cidadão e a cidadã que querem conhecer a verdade sobre os indígenas do Brasil.

Se os prezados leitores acreditarem na nossa honestidade, saberão que realmente pesquisamos, que não estamos falseando nada e que queremos informá-lo de forma simples e direta, pois nosso compromisso é com a verdade histórica e é o que faremos.

De início temos a dizer que nada iremos ganhar com a nossa honestidade, enquanto que temos agora de colocar o dedo na ferida de alguns, muitos dos que trataram ou tratam do tema visam outros objetivos, nem sempre confessáveis, apesar de negarem essa intenção: visam, em verdade, a garantia dos seus empregos públicos, o destaque no meio intelectual, o dinheiro com a venda dos seus livros ou livros e a defesa ou propaganda de um credo religioso.

Esses historiadores, antropólogos e escritores a que nos referimos acima distorcem muitas vezes a verdade e ela é o que menos aparece na maioria dos livros em que pesquisamos e que relacionamos na bibliografia, ao final deste livro.

A verdade nem sempre está visível nas praças públicas e para quem olha de relance o mundo em volta e sempre exige um coração puro para revelar-se ao pesquisador.

A pesquisa tem de ser realizada com a intenção sincera de se encontrar a verdade.

Se nos mover um resquício que seja de segundas intenções, a verdade não aparecerá e, se aparece, muitos tentam camuflá-la, porque ela incomodará sua revelação acarretará a perda de prestígio ou dinheiro.

Os comprometidos com a camuflagem da verdade são muitos, infelizmente, e eles dominam a vida intelectual, o mercado livreiro, as universidades, o meio científico e o meio religioso e isso acontece “*desde que o mundo é mundo*”.

Não que todos sejam mal intencionados, mas, no tema que estamos abordando neste livro, a maioria fica apenas na superfície da verdade indígena e não penetra a essência da ideologia da raça vermelha, que se baseia, em suma, numa palavra, que é Xamanismo, sendo o demais da sua cultura puramente consequência dessa crença.

Da mesma forma que para entendermos o Egito antigo e a Índia atual, temos de conhecer sua religião, o mesmo acontece com os índios, que vivem um estilo teocrático de sociedade.

Estudar seu artesanato, suas leis etc. é apenas ficar na superfície, mas é assim que, infelizmente, noventa e nove por cento dos indigenistas, entidades governamentais, historiadores etc. fazem: aí está nossa crítica às conclusões e ações que partem deles, pois não resolvem a problemática indígena.

Sabemos que muitos, sobretudo devido aos cinco séculos de “*massacre cultural*” na América contra a cultura indígena, têm verdadeira ojeriza à palavra que mencionamos – Xamanismo -, apesar de nunca terem realmente estudado o assunto e, garantimos, se o fizessem, teriam pelo menos base para fazer uma crítica aproveitável.

Os jesuítas que aportaram no Brasil no ano de 1549 e foram expulsos em 1768 e depois voltaram e as sucessivas levadas de religiosos, sobretudo, provenientes do mundo cristão, como franciscanos, salesianos etc., procuraram, de todas as formas apagar a cultura indígena, num verdadeiro “*genocídio cultural*”.

Este continente, segundo pensavam, tinha de ser libertado do primarismo, conforme lhes parecia a cultura indígena, e entendiam que todos deveriam se tornar cristãos.

Os prezados leitores não devem pensar que não somos adeptos do Cristo, mas também o somos das lições do Budismo, do Islamismo, do Hinduísmo, do Judaísmo etc.

O Xamanismo, que é a crença natural dos ameríndios, não é uma crendice, mas sim uma ciência tão ampla, que podemos passar uma vida inteira estudando-a e não a conheceremos na sua integralidade.

Para quem quiser começar, recomendamos a leitura de um livro de Jamie Sams, uma pesquisadora americana, intitulado “*Dançando o Sonho*”, que nada deixa a dever às obras de Platão, Aristóteles e demais filósofos reconhecidos pelos europeus. Trata-se de um resumo da sabedoria dos xamãs (pajés) da América do Norte e que, em verdade, é a mesma dos índios de toda a América, inclusive dos índios brasileiros.

O Xamanismo detém todas as quatro facetas do Conhecimento humano: é Ciência, Arte, Filosofia e Religião, tudo, porém, visto sob uma ótica mais abrangente, pois integra todas as formas de “*vida*”, portanto, irmana animais, vegetais, minerais e humanos, sem contar os quatro elementos, que, infelizmente, a Ciência ocidental tem considerado como fruto de superstição da Ciência antiga, que são os quatro elementos: terra, água, fogo e ar.

Mas, sigamos adiante.

Iniciaremos, portanto, nossa fala pelo começo, ou seja, as leituras que fizemos sobre como e quando os indígenas surgiram na América.

Lemos um livro de James Churchward, intitulado “*O Continente Perdido de Mu*”, de onde deflui a noção segundo a qual os ameríndios foram influenciados diretamente pelos antigos habitantes do referido continente, o qual afundou no Oceano Pacífico há cerca de quinze milênios atrás.

Churchward chama aquele continente de “*pátria-mãe*”.

Infelizmente, essa obra tem sido estudada apenas por pouquíssimos pesquisadores, sendo que a maioria entende que Mu [2] é uma fantasia.

A obra de Churchward nos convenceu pela sua seriedade como pesquisador, uma vez que nenhuma segunda intenção o moveu nesse trabalho vigoroso.

Trata-se, diga-se de passagem, de uma obra rica de referências e foi resultado de muitos anos de pesquisa e não havia nenhuma idéia preconcebida antes do início da pesquisa.

Outro autor que fala sobre o começo da civilização dos índios brasileiros é o índio Kaka Werá Jecupé [3], no seu livro “*A Terra dos Mil Povos*”.

Essa civilização conta com mais ou menos quinze mil anos, segundo afirma.

A “*Encyclopedia of american indian contributions to the world*”, de Emory Dean Keoke e Kay Marie Porterfield, afirma essa antiguidade na própria capa, com a seguinte expressão: “*15,000 Years of Inventions and Innovations*”.

Lemos também um livro de Arqueologia intitulado “*Os Primeiros Habitantes do Brasil*”, de Norberto Luiz Guarinello, que apresenta dados arqueológicos interessantes, mas fala em tempos mais recentes como início da civilização dos índios do Brasil.

Não cremos ser necessário ocuparmos o tempo dos prezados leitores com essa polêmica, uma vez que, sendo tão antiga quanto pensamos ou não, a civilização indígena é realmente muito anterior à chegada dos europeus em 1492 ao continente americano.

Está mais do que demonstrado que quando eles aqui aportaram já encontraram um mundo com civilização própria, que se formara no decurso dos milênios e que vivia espiritualmente falando melhor do que a Europa, inclusive a França, onde católicos e protestantes se matavam sem outra justificativa que não fosse a diferença da maneira de crer nas palavras do Cristo.

Michel de Montaigne, célebre filósofo francês do século XVI, afirmou, em outras palavras, que os ameríndios viviam melhor que seus patrícios.

O que importa saber é que, antes da vinda dos brancos, a América já tinha os vermelhos formando grupos de civilização mais avançados uns e menos avançados outros, isso quanto ao aspecto tecnológico, mas na parte filosófico-religiosa todos se nivelavam.

Não são as obras de engenharia o que mais conta numa civilização, mas seu “*modus vivendi*”, a harmonia alcançada no relacionamento humano e com a Natureza, o que se pode chamar de “*qualidade de vida*”.

Mesmo sem leis escritas, a regulamentação social sempre existiu entre os ameríndios e era respeitada, mantendo-se a ordem e a possível harmonia entre os cerca de cinco milhões de habitantes indígenas do Brasil pré-colombiano.

Esse número de habitantes é questionado por alguns estudiosos, mas, no presente caso, não importa que duvidem de tamanho contingente, mas a verdade é que era muito maior do que o atual, depois do quase “*genocídio*” que os “*colonizadores*” promoveram no decurso de cinco séculos de violência ou desinteresse.

O que os europeus que aqui aportaram estranharam e utilizaram como pretexto para tentar eliminar a cultura da raça vermelha que aqui vivia foram os seguintes itens: a antropofagia [4], a poligamia [5], o aparente politeísmo [6] e a nudez [7] de muitas comunidades indígenas.

Digamos alguma coisa sobre cada um desses quatro itens.

Quanto à antropofagia, esqueceram-se de levar em conta que os índios não visavam alimentar-se de carne humana quando sentiam fome, mas sim pretendiam absorver a energia invisível da coragem dos guerreiros valentes e não lhes interessava comer a carne de pessoas não ligadas à arte da guerra.

Tratava-se do resultado de uma crença no poder energético que cada ser vivo possui, mesmo os animais, vegetais e minerais.

As modernas pesquisas têm demonstrado essa realidade, como as “*fotos Kirlian*”, que registram um campo magnético circulando cada individualidade, mesmo os minerais.

Os leitores poderão achar que estamos justificando a morte de seres humanos, mas não é verdade: estamos apenas explicando como pensavam os chamados índios antropófagos.

O debate iria longe se chamássemos os argumentos dos vegetarianos, que não admitem que se matem animais para comer e iríamos mais além, mencionando determinadas seitas indianas que proíbem que se matem até animais como os ratos, baratas etc.

Para um índio os animais, os vegetais e os minerais são seus parentes, ao contrário dos civilizados, que devastam a Natureza.

Tentemos compreender o modo de pensar de cada um, ao invés de julgar precipitadamente.

Os colonizadores em geral, covarde e friamente, matavam índios que não se submetiam à escravização e deixavam os defuntos por conta da decomposição natural, em atitude muito mais condenável do que a dos índios antropófagos, que matavam menos que os brancos fizeram e ainda fazem de várias formas, inclusive nas guerras que espocam em várias partes do mundo, para alimentar a indústria bélica.

Neste aspecto o contato com o elemento branco foi salutar, pois a antropofagia deixou de existir.

Não justificamos nenhuma forma de agressão e, por isso, entendemos que os índios se aperfeiçoaram deixando de comer o cadáver dos seus inimigos.

Tanto essa evolução é um fato que, passados dois séculos entre as épocas de Cunhambebe (século XVI) e Sepé Tiaraju (século XVIII), os guaranis não foram identificados como praticantes da antropofagia.

Quanto à poligamia, que tanto escandalizou, sobretudo, os sacerdotes aparentemente puros, podemos dizer o seguinte: a união entre indígenas de sexos diferentes sempre foi dissolvível pela simples vontade das partes interessadas e não passa pela burocracia tanto ao gosto dos civilizados e pelos

custosos e lentos processos judiciais, porque os bens a serem partilhados pelos cônjuges são poucos e não há discussão quanto ao que é de cada um.

Na verdade os civilizados, em sua grande maioria, são psicologicamente polígamos e apenas escondem as infidelidades sob a máscara da hipocrisia.

Havia e ainda há casos de um índio ter mais de uma esposa, mas essa relação somente existe se é da vontade das partes interessadas.

Aliás, esse tipo de situação existe também no seio de outras raças, não se admitindo, como se sabe, apenas o casamento formal, no Brasil, de um homem com mais de uma mulher.

Não justificamos a poligamia de forma alguma, mas devemos respeitar os pontos de vista diferentes dos nossos.

Os sacerdotes jesuítas que aqui aportaram deveriam recomendar a monogamia, mas nunca violentar a vontade dos índios, inclusive com castigos, que sabemos que eram infligidos de forma cruel, que nos dispensaremos de esmiuçar neste texto.

Os índios, na verdade, nunca foram politeístas, pois acreditam num Criador, que costumam chamar de Tupã, mas manipulam, principalmente através dos seus pajés, as forças da Natureza e as denominam com expressões próprias, que os civilizados não conhecem e que entendem que se trata de politeísmo.

Não são diferentes dos cristãos, que se socorrem, em oração, da ajuda dos santos e santas do panteão, que, por sinal, aumenta a cada dia, nem sempre identificando a falsa moralidade dos que beatificam ou canonizam e que também nos dispensamos de identificar e apontar como “*santos (ou santas) de pau oco*”.

Na verdade, a maioria dos jesuítas, que vieram para a América Latina nas sucessivas levadas junto com os “*colonizadores*”, disputavam, declarada ou disfarçadamente, poder com os pajés, querendo impor-se aos índios no sentido de abandonarem sua crença xamânica, consolidada em milênios.

Esse mesmo “*massacre cultural*” depois foi realizado contra os cerca de dez milhões de negros, que aportaram no Brasil na condição de escravos e tiveram de renunciar, pelo menos publicamente, às suas crenças ancestrais.

A disputa pelo poder sobre criaturas humanas apresentou-se sob a capa do idealismo: índios e negros tiveram que beijar as mãos de padres jesuítas e, recentemente, muitos passaram a beijar a mão de pastores evangélicos, que cobram o famoso dízimo dos seus seguidores, mesmo dos que vivem do magro salário mínimo...

Quando afirmamos essa absurda disputa de poder com os pajés, temos de lembrar uma história verídica, que é a da pajé Juçara, esposa de Sepé Tiaraju, herói dos guaranis, que viveu no século XVIII, na Missão de São Miguel, a qual teve seu nome praticamente apagado da História, sendo substituído por um nome cristão: Pulquéria, desfigurada sob a aparência açucarada, que, segundo a lenda que se criou, de tanto derramar lágrimas pela morte do marido, fez surgir um riacho...

Essa índia era filha do cacique guarani Turã e exercia o mister de pajé (xamã) entre os guaranis da redução de São Miguel, como dito linhas atrás.

A história verdadeira de Juçara foi distorcida pelos historiadores desonestos, por encomenda dos que pretendiam apagar a crença xamânica e propagar o jesuitismo.

Quanto a Sepé Tiaraju, que nunca foi cristão, falsearam sua biografia e inculcaram uma história que até hoje engana multidões de admiradores.

Fazemos questão de transcrever aqui, na íntegra, o que se encontra no seguinte endereço de Internet e que representa a tradição oral indígena dos guaranis (<http://www.anovademocracia.com.br/no-40/1515-guaranis-desmentem-livros-e-revelam-nova-historia>):

“Os guaranis, que por muito tempo observaram o passado de seu povo ser escrito e deturpado pela ideologia das classes dominantes, decidiram dar um basta e tomar

nas mãos a tarefa de desmentir os livros e contar sua própria História.

— Chegou a hora de a sociedade não-indígena do Brasil conhecer a verdade, ninguém pode continuar pensando que perdemos a memória — afirma Werá Tupã (Leonardo), da aldeia do Morro dos Cavalos, SC, tido como um dos mais destacados intelectuais indígenas do sul do país.

Ele faz parte de um grupo de guaranis que vem pesquisando fatos históricos e episódios lendários com o objetivo de reapresentá-los ao povo brasileiro de um modo diferente daquele com que foi narrado pelo pensamento reacionário. Um dos temas, cujo estudo demorou anos e ainda não está totalmente concluído, é a verdadeira história de Sepé Tiaraju.

Sepé foi um dos maiores guerreiros indígenas do sul do país, líder da resistência dos Sete Povos das Missões (RS) contra tropas espanholas e portuguesas, na chamada Guerra Guaranítica, de 1753 a 1756. Essa guerra foi abordada (de maneira fantasiosa e truncada) no filme A Missão, com Robert de Niro e Jeremy Irons, em 1986. Tal rebelião foi consequência do Tratado de Madri, pelo qual Portugal e Espanha trocaram entre si os Sete Povos das Missões, sob domínio espanhol, pela Colônia do Sacramento, sob domínio lusitano. O acordo obrigava os 30 mil guaranis e os jesuítas das sete reduções a abandonarem o Rio Grande do Sul e passarem ao território castelhano, no outro lado do rio Uruguai.

A Companhia de Jesus, chefia jesuíta na Europa, ordenou a mudança, mas os guaranis não aceitaram. Sepé liderou a resistência e em carta à Coroa de Espanha deu o famoso aviso: "Esta terra tem dono!"

Sepé articulou uma espécie de Confederação Guaranítica, criando inovadoras táticas militares para a época, nas quais priorizava a guerrilha e evitava grandes batalhas. Chegou a idealizar e construir quatro peças de artilharia, confeccionadas com cana brava. Foi

assassinado numa emboscada, por soldados espanhóis e portugueses, nos campos de Caiboaté, às margens da Sanga da Bica, em 7 de fevereiro de 1756.

O bravo e exemplar Sepé Tiaraju transformou-se num símbolo para os gaúchos. Há um rio e um município com seu nome e, em Santo Ângelo, uma estátua no centro da cidade. Os guaranis não vêem problema nisso, mas há uma questão de fundo que parece lhes desgostar e incomodar há muito tempo. Que é a "desindianização" de Sepé.

A História escrita pela cartilha das classes exploradoras e da igreja católica apossou-se da figura heróica, metamorfoseando-a quase num branco que era índio por acaso.

Os livros falam que ele "abraçou a doutrina cristã" e foi "o mais ardoroso defensor da obra dos jesuítas"; que "seus mestres foram os padres"; que ele lutou "sugestionado pelos religiosos"; que "era índio missioneiro, provavelmente já cristão de terceira geração"; que alguns padres foram "os principais estrategistas da resistência"; que, órfão de pai e mãe, "foi criado pelos jesuítas"; Werá Tupã discorda de tudo isso. Os livros erram até numa informação básica, sobre sua origem. Numa revelação inédita e surpreendente, Werá diz que Sepé não era guarani. E sim pertencia a "um outro povo indígena que não conseguimos identificar. Ele foi adotado pelos guaranis e criado como um dos nossos".

A pesquisa a respeito de Sepé baseou-se na história oral, preservada na memória de índios centenários que viveram no Rio Grande do Sul, entre eles a velha xamã Tatãty Yva Rete (Maria Candelária Garay), apontada por antropólogos da Universidade Federal de Santa Catarina (UF SC) e PUC de São Paulo como uma das lideranças femininas mais importantes e respeitadas da tribo. Nascida aproximadamente em 1874, Tatãty foi avó adotiva de Werá Tupã.

A verdadeira história de Sepé Tiaraju

[ele] não era um cristão mesmo, como dizem, porque na verdade ele respeitava mais a religião do avô, a religião do nosso povo. Karaí Djekupé foi e continua sendo um grande herói dos guaranis

O AND foi escolhido pelos guaranis para ser o primeiro órgão de comunicação dos djuruá (não-índios) a tomar conhecimento do conteúdo do estudo, que poderá se transformar em breve num livro. Eis um resumo, contado por Werá Tupã:

"Ao contrário do que se diz, Sepé não era guarani. Ele nasceu em outro povo indígena, que não conseguimos identificar. Quando ele tinha dois anos de idade, sua aldeia, que ficava no Rio Grande do Sul, foi atacada por portugueses ou espanhóis. Os guaranis correram para ajudar, mas o lugar já tinha sido invadido e quase todos tinham sido massacrados.

Os guaranis salvaram o menino e o levaram para uma aldeia nossa, perto da missão de São Miguel. Um casal adotou ele. O avô da família era um pajé muito poderoso e o menino adorava ele. Uma coisa que quase ninguém sabe é que o nome certo dele não era Sepé Tiaraju. Esse era o jeito que os padres das missões entenderam e escreveram.

Seu nome era Djekupé A Djú, que significava "Guardião de Cabelo Amarelo". "Guardião" porque era um guerreiro e "cabelo amarelo" porque não tinha o cabelo bem preto como os guaranis, era meio castanho. Mas era índio mesmo, não mestiço.

Quando o menino começou a crescer, pensaram que ia ser um pajé, um religioso, e ele começou a ser preparado para isso. Mas seu outro lado, de guerreiro, foi mais forte e aí mudou o seu destino. Recebeu nome de guerreiro, Djekupé A Djú. E também era chamado pelos guaranis de Karaí Djekupé, "Senhor Guardião".

O destino de guerreiro foi porque ele era revoltado com os brancos e tinha gratidão pelos guaranis. Queria lutar pelos guaranis. É que, na aldeia, nunca esconderam dele

a sua história, tudo que tinha acontecido no ataque. Os jesuítas não criaram ele, mas ia sempre nas missões porque os padres davam apoio na defesa e ele ficava uns tempos lá. Foi assim que aprendeu a língua espanhola. Os padres não treinaram ele, foi preparado sim pelo grande exército guarani, os "kereymba" [pronuncia-se "krimbá"]. Era um ótimo guerreiro.

Além do mais, tinha facilidade para conversar com os homens brancos, uma coisa que os outros guerreiros não tinham aptidão para fazer. Djekupé A Djú lutava, fazia de tudo para que as aldeias guaranis não fossem perturbadas. Principalmente porque ele pensava no seu avô, não queria que nada atrapalhasse a preparação espiritual do seu avô [Werá não entrou em detalhes, mas é possível supor que, de acordo com a tradição, o velho pajé se preparava espiritualmente para "viajar" à Terra Sem Mal, a Yvy Mara Ey, uma espécie de paraíso, que segundo o mito pode ser alcançado em vida ou após a morte].

Por aí se vê que Djekupé A Djú podia se relacionar com os jesuítas, mas não era um cristão mesmo, como dizem, porque na verdade ele respeitava mais a religião do avô, a religião do nosso povo. Karai Djekupé foi e continua sendo um grande herói dos guaranis e esta é a sua verdadeira história".

Estudos históricos e antropológicos vêm indicando, cada vez mais, que a falada conversão dos guaranis ao cristianismo, nas reduções jesuíticas, foi talvez mais aparente que real. Esses indígenas não se recusavam ao batismo e às missas, muitas vezes por apreciarem a estética dos rituais e para não desgostarem os padres.

Um sinal disso pode ser a não permanência da religião. O número de guaranis católicos, hoje, é ínfimo. Tem havido "ataques" de seitas protestantes às aldeias e muitos freqüentam os cultos. Mas ainda não se pode avaliar a verdadeira dimensão do prejuízo cultural, pois os guaranis parecem possuir uma autodefesa eficiente,

baseada no ato de "desviar-se", com extrema diplomacia, que ilude inteligentemente os desavisados."

Todavia, dentre os relativamente poucos jesuítas realmente respeitadores da cultura indígena, podemos e devemos lembrar três, que merecem o destaque que lhes queremos dar:

1 - Juan Azpilcueta (século XVI), que ficou conhecido como Navarro, o qual tornou-se amigo do chefe indígena Cunhambebe, de quem se fez discípulo e acabou sendo morto de forma misteriosa, apesar do registro oficial de que teria falecido placidamente, com as homenagens da comunidade onde viveu seus últimos dias;

2 - Tadeu Xavier Henis (século XVIII), que participou da famosa Guerra Guaranítica junto do líder indígena Sepé Tiaraju, contrariando as determinações dos seus superiores e acabou morto também de forma misteriosa;

3 - mas há um personagem que é o maior de todos: trata-se do jesuíta desistente Lucas C. Marton (século XVIII), o qual abandonou a Ordem com sua esposa indígena e fundou uma comunidade, que ficou conhecida como Nazareno, no atual Uruguai, onde pregavam uma doutrina iniciática que se baseava em ensinamentos que vinham de épocas remotas da humanidade.

As manipulações da História sempre ocorreram e, por isso, fazemos questão de relatar estas verdades a fim de mostrar aos leitores que a verdade oficial nem sempre é a verdadeira e que muitos heróis são vilões enquanto que muitos anônimos são os verdadeiros heróis.

A História oficial está nas mãos dos que detêm o poder e, por isso, reescrevem-se os fatos históricos de tempos em tempos e heróis passam à posição de vilões e vice-versa.

Com as manipulações da verdade muitos nomes importantes ficam no ostracismo ou são colocados em plano secundário.

No Brasil deveria ter ocorrido um entrosamento entre brancos e índios, a fim de que os brancos aprendessem o amor à Natureza, que os índios queriam e querem lhes ensinar e os

índios livrar-se-iam da antropofagia e da poligamia, mas não houve respeito dos brancos aos índios e todo mundo tomou ciência das carnificinas das épocas de Cunhambebe e de Sepé Tiaraju, sem contar outras.

Os jesuítas comandavam, com mão de ferro, as missões do sul do Brasil (séculos XVII e XVIII) e o produto do trabalho indígena era sujeito a pesados tributos, enviados parte para Roma e parte para o rei da Espanha.

E ocorreu sua famosa expulsão não por acaso, mas sim porque os governos de Portugal e da Espanha verificaram que a Ordem fundada por Inácio de Loiola queria transformar as missões num império, tendo como súditos os indígenas: essa é a verdade.

Esse império se chamaria Paraguai.

A questão da nudez é outra que incomodou muitos colonizadores e principalmente os sacerdotes jesuítas.

Fazemos questão de ressaltar que um daqueles “colonizadores” lançou às índias brasileiras o epíteto de “cadelas”, como se vê em uma carta de um francês, companheiro de Villegagnon aos seus conterrâneos.

Aliás, Villegagnon, era um falso moralista, que acabou se misturando promiscuamente com as índias que ele tanto desprezava...

O incômodo a que nos referimos tem muito a ver com a hipocrisia e outras questões que Freud e Jung estudaram e explicaram...

Os jesuítas poderiam e deveriam recomendar aos índios o uso de vestimentas, mas nunca transformarem a nudez em fonte de castigos inclusive físicos.

Mais coerente e autêntico foi o já referido Lucas C. Marton, que abandonou a batina e, junto com sua companheira índia, fundou uma comunidade e passou a pregar sua crença nos valores do espírito conforme os escritos que trouxera da sua terra natal.

A verdade é que os que desprezavam de público os índios pela sua nudez muitas vezes viviam uma vida secreta que contradizia a aparente superioridade puritana.

Compulsamos, nos livros e na Internet, muitas informações sobre o trabalho dos jesuítas no Brasil do século XVI e nos posteriores, ou seja, a partir do período em que viveram Cunhambebe e seus tupinambás no território onde se localiza o atual Estado do Rio de Janeiro.

E chegamos à triste, mas verdadeira conclusão, de que a intenção secreta da vinda de muitos “colonizadores” e jesuítas foram o exercício do poder material e o desejo de vários deles em dar vazão à sexualidade promíscua, esta última que lhes era dificultada na velha Europa, onde a repressão católica era muito forte.

Não iremos citar os nomes dos falsos moralistas, muitos dos quais entraram para a História como grandes beneméritos, porque o nosso objetivo não é apontar culpas alheias, mas sim mostrar que os índios viviam segundo a espontaneidade que deve vigorar quando o coração é puro.

Muitos daqueles sacerdotes “aprontavam das suas”, escondidamente.

A Igreja Católica e outras correntes religiosas forçaram o celibato como forma de melhor dominarem seus sacerdotes: essa é a verdade, e isso representa uma bomba de efeito retardado, gerando, como se sabe, muitos estupros, homossexualismo, infanticídios, abortos, pedofilia etc.

Mas continuemos.

A verdade é que os jesuítas pretenderam eliminar qualquer resquício da cultura indígena e impor um Cristianismo ao seu modo.

Continuando, se formos analisar a fundo as arbitrariedades praticadas por aqueles religiosos, escreveríamos um libelo perigoso para eles, mas nosso objetivo não é esse, mas sim mostrar o que são realmente os indígenas do Brasil e que deveria haver respeito mútuo entre brancos e índios, cada um vivendo segundo sua cultura.

Quanto aos referidos religiosos não somente quase arrasaram a civilização indígena a partir do século XVI, como também contribuíram para que ela chegasse ao que é hoje, ou seja, uma pálida imagem do que foi antes da chegada de Cabral ao Brasil.

Como vimos linhas atrás, se compararmos a realidade cultural e social dos índios pré-colombianos com o que resta deles hoje, veremos que ocorreu quase um “*genocídio cultural*” e mesmo quase que chegamos à extinção da raça vermelha.

Vêm-se hoje índios vivendo em luta permanente com os chamados “*colonos*”, sem que o Legislativo, o Executivo e o Judiciário tomem a ombros a tarefa de solucionar a vida desses brasileiros, que são mais miseráveis que os favelados, os negros e outros excluídos.

Transcreveremos a seguir um texto que mostra a realidade atual quanto a esse tema:

“Como vivem índios e colonos nas terras em disputa no RS

ZH visitou áreas de conflito em Vicente Dutra, Pontão e Sananduva

por Carlos Wagner

10/05/2014 | 15h01

Caingangues e agricultores admitem abertamente que estão portando armas

Na longa e sangrenta história dos conflitos entre caingangues e agricultores no Rio Grande do Sul, a morte a tiros e pauladas dos irmãos Alcemar e Anderson de Souza, em Faxinalzinho, pelos indígenas, é um capítulo novo e diferente. É a primeira vez que os dois lados admitem a posse de revólveres e espingardas.

A radicalização da luta nasceu em 2003, segundo estudos dos professores Henrique Kujawa, da Faculdade Meridional-IMED de Passo Fundo, e João Carlos Tedesco, da Universidade de Passo Fundo (UPF), organizadores do livro Conflitos Agrários no Norte Gaúcho: Índios, Negros e Colonos. A Constituição de 1988 assegurou aos índios a retomada de suas terras que haviam sido usadas para colonização - em sua maioria, reservas já demarcadas. Nos anos 1960, o governo gaúcho usou reservas indígenas para fazer reforma

agrária, como é o caso da Serrinha, em Ronda Alta. Os caingangues conseguiram retomar Serrinha e outras reservas, um sucesso explicado pelo direito líquido e certo à terra, na opinião do professor Kujawa. O governo federal indenizou os colonos desalojados pagando benfeitorias, e o governo do Estado, a terra.

A retomada das antigas reservas indígenas no Rio Grande do Sul terminou no começo dos anos 2000. Foi quando líderes caingangues partiram na busca de terras que não tinham sido reservas indígenas oficiais. Mas, em locais onde seus antepassados haviam acampado, a presença era comprovada por laudos dos antropólogos da Fundação Nacional do Índio (Funai). Os agricultores se organizaram e trancaram o processo de retomada das terras. Em consequência, os acampamentos indígenas proliferaram pelo Rio Grande do Sul: hoje somam 19, pelas contas dos técnicos da Funai. Mas o número pode ser bem maior porque surgem e desaparecem com incrível velocidade.

As áreas de disputa visitadas por ZH

Há uma estimativa de que, a um raio de cem quilômetros de Passo Fundo, existam 102 acampamentos de índios. Segundo o cacique Deoclides Paula, 42 anos, do acampamento de Votouro Kandoia, de Faxinalzinho, hoje 10 mil índios, dos 35 mil que vivem no Estado, estão acampados e em disputa por terra com os agricultores.

Não há confirmação oficial do número dos índios em luta pela terra. Mas são muitos, admite Roberto Perin, coordenador regional da Funai, em Passo Fundo. A luta entre colonos e índios saiu do controle dos governos. A guerra é alimentada pela pressão política dos grupos que apóiam cada um dos lados. De parte dos índios, o principal aliado é o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), ligado à ala progressista da Igreja. A face invisível são os burocratas incrustados no serviço público federal. Ao lado dos colonos, estão os setores

conservadores da Igreja, sindicatos patronais e, novidade surpreendente, a Fetraf Sul, organização de esquerda ligada à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Os dois irmãos mortos Em Faxinalzinho são as mais recentes vítimas do fogo cruzado desse conflito que não tem desfecho à vista.

Sananduva: o conflito que dura uma década

Emboscadas, extorsão, comentários preconceituosos, boatos sobre invasões e pessoas apavoradas. Essa é a realidade entre colonos e índios caingangues envolvidos na disputa por 1,9 mil hectares em Passo Grande do Rio Forquilha, lugarejo entre Sananduva e Cacique Doble, cidades agrícolas no norte do Estado. O enfrentamento já dura uma década, mas nos últimos dois anos se intensificou, com uma clima de confronto iminente.

Parte dos índios envolvidos na disputa saiu da reserva indígena de Charrua, próximo a Sananduva. Até a semana passada, eles tinham invadido e se apropriado de quatro áreas dos colonos que somam 160 hectares, onde vivem 117 famílias caingangues.

Nos 1,9 mil hectares disputados, moram 152 famílias de pequenos agricultores. A última invasão dos índios foi na terceira semana de abril, quando eles ocuparam as instalações da Capela Bom Conselho — salão paroquial, cemitério e campo de futebol —, distante cerca de 15 quilômetros do centro da cidade.

— A capela é um símbolo para a comunidade. É um absurdo o que estão fazendo — queixa-se o agricultor Oilson Predobom.

Leonir Franco, 24 anos, é o cacique do acampamento Passo Grande do Rio Forquilha. Cercado por seus guerreiros e sentado à mesa no meio do salão paroquial — que foi transformado em um grande dormitório para as famílias indígenas —, ele disse saber do simbolismo do

local para os colonos. Lembra, contudo, que nos anos 1940, quando agricultores se estabeleceram na área, expulsaram índios que viviam caçando, pescando e trabalhando para os ervateiros — pessoas que colhiam folhas de erva-mate.

Duas índias idosas, Eva Pinto e Jandira dos Santos, relatam a Zero Hora as suas lembranças da infância vivida com os pais na região.

— Assim que os madeireiros começaram a derrubar o mato, nós fomos corridas daqui — recorda Jandira.

Franco acrescentou ao comentário da índia:

— Os agricultores passaram o arado por cima dos cemitérios indígenas e não deixaram nenhum rastro.

Cabo de guerra

A pedido dos caingangues, os antropólogos da Fundação Nacional do Índio (Funai) fizeram uma pesquisa no Passo Grande do Rio Forquilha e encontraram vestígios de que ali viveram povos indígenas. O resultado do trabalho virou um estudo aceito, em 2011, pelo Ministério da Justiça, que publicou uma portaria declaratória reconhecendo a área como ocupação tradicional indígena — na prática, o passo final de um longo processo para retirada dos colonos do local. No ano passado, por pressão da Fetraf-Sul e outras organizações, o governo federal suspendeu as fases seguintes do processo de retomada da área, que são a demarcação da gleba e o levantamento das benfeitorias das propriedades para serem indenizadas. Em protesto, o cacique Franco iniciou a demarcação da área por conta própria.

— Eles invadiram 12 hectares da minha propriedade e estou deixando de colher 4 mil sacas de soja por ano, um prejuízo de R\$ 1 milhão — protesta o agricultor Denis Antonio Golin, 58 anos.

Galeria de fotos: a vida nas áreas em disputa

Há dois anos, Golin luta na Justiça Federal para tentar retirar os índios da sua terra. Não tem tido sucesso em razão da situação jurídica confusa da área. A situação é citada pelos vizinhos como exemplo do que pode acontecer a qualquer um deles, comenta Adair Beluso, 53 anos, que vive em uma propriedade de 20 hectares com a mulher, Antoninha, a filha Elisa, 14 anos, e o filho Ezequiel, 28 anos, que se formou técnico agropecuário e voltou para casa a fim de ajudar na modernização da propriedade do pai.

— Deixei o emprego para vir ajudar o pai. Agora tivemos de parar de investir por não saber o que irá acontecer amanhã — comenta o agrônomo.

O pai de Ezequiel reclama que a presença dos índios fez naufragar o projeto de desenvolvimento da propriedade da família, que produz leite, soja e milho. Ele acredita que a única maneira de solucionar o problema e juntar-se ao grupo de agricultores que se organizou para deter o avanço das invasões dos índios é realizar protestos para pressionar o governo a recuar na intenção assentar os caingangues na área.

Os caingangues vieram para ficar

Há vários agricultores que não estão fazendo protesto porque concordaram em pagar uma espécie de "aluguel" das próprias terras aos índios para não serem incomodados. ZH conseguiu falar com um deles, na condição de não revelar o seu nome. Ele disse que, para continuar morando e trabalhando na propriedade, dá uma porcentagem da colheita para os indígenas. Bem articulado e informado, o cacique Franco nega que os índios estejam extorquindo os agricultores. Afirma que sabe que a incerteza causa medo nos colonos. Mas que também apavora as famílias indígenas, que temem ser atacadas pelos agricultores.

— *Antigamente, os colonos conseguiram expulsar daqui os nossos pais. Agora, eles não conseguirão nos tirar daqui, eles é que vão sair — promete.*

Para apressar o processo, o cacique tem a intenção de iniciar nas próximas semanas o processo de desintrusão (retirada das famílias de colonos) do Passo Grande da Forquilha. Na última semana, o boato de que bandos de índios armados estariam circulando pela região para fazer a desintrusão espalhou-se com rapidez entre as famílias de agricultores.

No feriado do Dia do Trabalho, os colonos se reuniram na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. A situação foi discutida, e houve a decisão de reforçar a vigilância aos movimentos dos índios.

— *Para retirar os agricultores, é necessário que se complete o processo de reconhecimento da área como sendo indígena e ele seja homologado. Isso não vamos permitir — aposta Sidimar Luiz Lavandoski, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura de Sananduva e coordenador de Conflitos Agrários da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf-Sul).*

Vicente Dutra, o município sobre um barril de pólvora

Há dois homens que evitam se cruzar na mesma calçada em Vicente Dutra, nas barrancas do Rio Uruguai, noroeste do Estado. São o cacique caingangue Roberto Carlos dos Santos, 42 anos, e o agricultor Altair dos Santos Bueno, 49 anos, o Palmeira.

A inimizade deles nasceu, cresceu e vem sendo nutrida por uma disputa de 715 hectares, travada desde de 2004 entre colonos e indígenas. Além das propriedades rurais, a terra reivindicada pelos indígenas atinge o empreendimento Águas do Prado, que tem 250 cabanas e recebe 600 turistas por ano. Em 1997, 40 famílias de

caingangues chegaram à cidade reivindicando a terra, que teria pertencido aos seus antepassados. Em 2004, o Ministério da Justiça assinou uma portaria declaratória reconhecendo o direito dos índios. A área foi demarcada pelo governo em 2012, e o passo seguinte seria indenizar as 60 famílias de agricultores pelas benfeitorias feitas nas propriedades. Por pressão das entidades que defendem os colonos, a indenização não aconteceu, e o processo de assentamento dos índios parou. Enquanto isso, os caingangues vivem em uma vila que ocupa dois hectares, à beira do Rio dos Índios. Santos tem 37 hectares de terra no interior da área reivindicada e se posiciona fortemente contra as intenções dos índios, inclusive fazendo discursos inflamados nas reuniões dos colonos.

Em novembro do ano passado, os caingangues invadiram o balneário e trancaram estradas ao redor da cidade. Na ocasião, Bueno fazia um bico de segurança. Ele foi agredido pelos índios — não pela função que exercia, mas pelos discursos inflamados — e sofreu vários cortes de faca e perfurações de lanças, como mostram as cicatrizes. O índios invadiram e vandalizaram 103 cabanas e colocaram fogo em uma. Uma parte dessa história está no boletim de ocorrência feito por Neli Pinton, tesoureira do balneário.

A reação

Os colonos reagiram. Um grupo de 400 moradores se reuniu e cercou os índios. Havia gente armada dos dois lados, lembram o prefeito da cidade, João Paulo Pastorio, e o cacique Santos. Não houve uma tragédia porque os dois grupos tomaram consciência de que aconteceria uma carnificina, recordou Valdeci Steffen, 44 anos, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

— O que aconteceu em Faxinalzinho (a morte de dois agricultores em conflito com os índios) nos lembrou que podemos ter outro confronto aqui e talvez não tenhamos

a mesma sorte da última vez, quando não houve tragédia — preocupou-se Steffen.

Ao conversar sobre o que aconteceu no ano passado, o cacique Santos culpa a pressão dos políticos pela interrupção do processo de assentamento dos índios. E descreve a situação em Vicente Dutra como um barril de pólvora como um pavio curto aceso.

— Uma hora um índio e um colono podem se cruzar aí pela rua e olhar um na cara do outro e acabar se matando. Isso pode ser o estopim de uma grande briga — imagina o cacique.

A imaginação dos agricultores também é povoada por pensamentos semelhantes aos do líder indígena. O casal de colonos Clodomiro e Marlene Antunes tem uma propriedade de 90 hectares dentro das terras reivindicadas pelos índios. O marido faz parte da comissão de agricultores que luta na disputa das glebas com os caingangues.

— Nós e os índios somos adversários obrigados a conviver juntos. Isso só pode terminar mal, rezo para que não se repita o que aconteceu em Faxinalzinho — acredita.

A vida parou

Na terra disputada pelos índios, pelos colonos e pela Associação dos Amigos da Água do Prado, proprietária do empreendimento, a vida econômica parou. As propriedades rurais estão virando favelas, como descreveu Nelci Almeida, 45 anos, que vive em 12,5 hectares com a mulher, Eliene Gonçalves, e três filhos — entre eles Luana, companheira de Valdir Doarte, 27 anos.

— Nós não pintamos a casa. Não reformamos as máquinas agrícolas. O mato está crescendo na lavoura. É

como se a nossa vida tivesse sido congelada — compara Nelci.

Eliene lembra que, quando transita do centro da cidade até a sua casa, passa pela frente da área indígena e sempre ouve piadinhas. Uma das culturas fortes na área é a plantação de porongos usados para fazer cuias de chimarrão, e há várias pequenas indústrias da região que são abastecidas pela produção local. O agrônomo e empresário Jairo André Julio, 23 anos, diz que a família tem tradição no cultivo de porongo, um negócio que gera 300 empregos nas cidades próximas.

— As plantações de porongos vão ficar para os índios. O que vai sobrar para nós?

Em Pontão, indígenas reivindicam 35 mil hectares

Há menos de um ano, na beira da estrada que liga Passo Fundo a Pontão, nasceu o acampamento indígena do Butiá. Ali, um aglomerado de famílias caingangues reivindica a posse de 35 mil hectares de terra que teriam sido ocupados por antepassados nos anos 1930. Eles teriam sido expulsos com chegada dos colonizadores.

— Os índios abandonaram a área porque um fazendeiro da região convidou a tribo para um churrasco. A carne havia sido envenenada, e muitos caingangues morreram — afirma o cacique do acampamento, Amandio Vergueiro, 75 anos, um veterano na luta pela retomada de áreas indígenas.

Nas proximidades do acampamento, há uma comunidade chamada Bugre Morto, que teria ganho esse nome em razão do episódio do churrasco, segundo o cacique. A história contada por Vergueiro é difícil de ser comprovada. Mas, para os caingangues, o relato é real e serve de mote para fortalecer a luta pela terra. Muitos acampamentos como o Butiá surgem sob a inspiração de histórias contadas pelos antigos. Geralmente, os índios

que vão para os acampamentos reivindicar terras estão fugindo de conflitos familiares nas regiões onde viviam.

E, diferentemente dos índios que vivem em reservas oficiais do governo — áreas protegidas pela União —, os que se alojam em acampamentos para disputar terras estão fora dos programas governamentais que apóiam os indígenas.

Na definição do cacique Vergueiro, o acampamento é um cutelo no meio das costelas daqueles que tomaram as terras dos índios. Não deixa de haver verdade nessa visão. Sempre que um acampamento consegue sobreviver e chama atenção das autoridades para suas reivindicações, sua presença desvaloriza o preço das terras vizinhas.

(<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2014/05/como-vivem-indios-e-colonos-nas-terras-em-disputa-no-rs-4496532.html>)

Muitas conquistas científicas de que o mundo civilizado da América se orgulha atualmente vem das civilizações ameríndias, principalmente as da América Central e da América do Norte, conforme se pode verificar pela consulta à Enciclopédia a que nos referimos, que, infelizmente, não foi traduzida para o português.

Recomendamos sua leitura com urgência.

A maioria dos próprios autores de livros sobre os índios brasileiros não tem conhecimento do que está estampado nessa valiosíssima obra de fôlego e veracidade e, portanto, faltam-lhe, segundo cremos, algo de mais profundidade para escrever sobre os índios.

Não se pode tratar dos índios brasileiros sem conhecer toda a história dos ameríndios, ou seja, dos índios de toda a América, pois, para eles, pelo menos até algum tempo atrás, o que importa é sua comunidade e não o país onde ela está inserida e, assim, não lhes interessava se viviam no Brasil ou em outro país qualquer.

As fronteiras são questão dos governos dos brancos e os índios nunca foram considerados para esse tipo de assunto.

Procuremos entender, compreender, ao invés de querermos pura e simplesmente impor uma forma de pensar. Eles não são primários, mas sim cultores de uma civilização diferente da dos brancos

Mas continuemos nossa fala.

A partir deste ponto, passaremos a seguir como referência o livro de Melatti intitulado “*Índios do Brasil*”, apenas para facilitar para os leitores e para nós, não ficando uma exposição desordenada.

Os índios perguntavam: de onde vieram os homens brancos? Isso pareceu importante para a reflexão de Melatti. Mas, segundo pensamos, trata-se de uma pergunta que a maioria deles nunca fez, pois não lhes importava se havia terras além do oceano, que lhes parecia não ter fim.

Seu mundo, na verdade, se limitava à sua aldeia e aos poucos caminhos que tinham trilhado nas suas andanças.

Aliás, para entendermos a forma de viver dos índios podemos nos basear no seguinte raciocínio: qualquer conhecimento somente tem valor quando é útil para a vida e simplesmente querer saber para envaidecer-se de uma erudição balofa significa perda de tempo.

Por isso dizemos, aproveitando a lição indígena, que os civilizados deveriam preocupar-se mais, por exemplo, em solucionar os problemas da sua própria vida pessoal, o que nem sempre fazem, os problemas do seu bairro e da sua cidade em vez de procurarem discutir o “*sexo dos anjos*”, como costumam fazer, atualmente principalmente baseados em afirmações de cientistas de várias especialidades.

Não estamos pregando o obscurantismo intelectual, mas sim estamos falando do pragmatismo indígena.

O importante é a “qualidade de vida” e isso é um assunto que a maioria das pessoas desconhece e, por isso, apareceram as doenças cada vez mais mortais, as neuroses, a depressão, a drogadição, o aumento da criminalidade etc.

As pessoas preferem passar a idéia de que se interessam pelo mundo, mas não vêem que, na sua cidade, os rios se transformam em esgotos a céu aberto, as árvores estão sendo cortadas e o concreto e o cimento vão ocupando os espaços

antes energizados por elas e assim por diante, sem contar a falta de água potável, a poluição aérea e sonora etc.

Para os índios importa apenas o que irá melhorar sua vida no dia-a-dia e nada de questões bizantinas.

Quantos são os índios do Brasil é outra pergunta de difícil resposta, pois os organismos estatais e outros que se encarregam do censo não conseguem dados seguros, indubitáveis, devido à mutabilidade da maioria dos indígenas, que ora habitam um lugar e costumam mudar-se sem deixar vestígios nem referências. Calcula-se, todavia, que somem uns trezentos mil, o que é pouco se comparado com a população pré-colombiana de cerca de cinco milhões de habitantes.

Isso sem contar que índio é um nome criado pelos europeus, que acreditavam tratar-se de habitantes da Índia e não há critérios seguros para se dizer se um homem é índio.

Na verdade, cada índio se autodenomina xavante, guarani etc. e nunca índio.

O cacoete de estabelecer classificações é coisa da Ciência dos civilizados, sendo que. Na verdade, essa técnica nunca dá resultados seguros, uma vez que toda classificação é imperfeita.

Inventaram-se critérios para uma definição de quem é índio, mas todos esses critérios são falhos.

Mencionemos alguns desses critérios, inventados pelos estudiosos: o racial, o legal, o cultural, o do desenvolvimento econômico e o da auto identificação étnica.

Não iremos tomar o precioso tempo dos prezados leitores no detalhamento desses critérios, que, na verdade, não têm real importância para o nosso estudo e apenas deve ocupar a mente dos especialistas e dos acadêmicos.

Por mais esse fato podemos entender por que é difícil afirmar qual o número exato de índios do Brasil. Falamos em mais ou menos trezentos mil.

Outra criação complicadora sobre os índios foi a questão da diversidade, que Melatti relaciona:

- a diversidade biológica;
- a diversidade lingüística, com os chamados troncos lingüísticos, sendo enumerados os seguintes: o tronco tupi, o

tronco macro-jê, o tronco aruak, as famílias ainda não classificadas em troncos (a família Karib, a família Tukano, a família Pano, a família Xirianá, a família Txapakura, a família Mura, a família Maku, a família Nambikwara e a família Guaikuru), as línguas ainda não classificadas em famílias, os grupos sobre cujas línguas ainda não há informação e os grupos que deixaram de falar língua indígena - a diversidade de costumes

Se essas classificações interessam aos especialistas, que passam a vida inteira quebrando a cabeça, a nós e aos prezados leitores (acreditamos) o que importa está além, muito além disso.

Que nos importam esses detalhes, que somente geram discussões bizantinas?

Sigamos adiante, portanto.

A questão da luta pela vida, ou seja, a produção de alimentos é de vital importância para qualquer pessoa, e, evidentemente, também para os índios.

Quanto a esse tópico temos a dizer o que todo mundo sabe, ou seja, que os índios aldeados viviam e vivem, no seu geral, até os dias de hoje, da caça, da pesca, da coleta, da agricultura, da criação de animais e da confecção de artefatos.

Quanto ao trabalho e às relações sociais, o autor que neste ponto adotamos inicia com o item "*Tecnologia versus meio geográfico*", sobre o que temos a dizer, de forma direta e objetiva, que a tecnologia depende sempre e naturalmente dos recursos à mão. Assim, uns grupos brasileiros desenvolveram a produção de cerâmicas enquanto que outros partiram para outras especialidades, conforme as tradições ou condições locais.

A divisão do trabalho é previsível para os prezados leitores: o que exige maior força física fica por conta dos homens, enquanto que os cuidados do lar por conta das mulheres.

A propriedade, ao contrário do que muita gente pensa, existe entre os índios, mas não como no mundo civilizado, porque cada índio somente tem como seu o que é estritamente

necessário para sua sobrevivência, não havendo milionários nem pobres.

A escravidão de índios foi tão grave quanto a de negros, apesar de poucas pessoas saberem disso.

A escravidão negra começou depois da escravidão indígena.

Realmente, o prejuízo maior ficou para os índios pagarem.

Falamos assim sem querer justificar ou minimizar a gravidade da escravidão negra, mas apenas para destacar o absurdo que qualquer tipo de escravidão representa.

Solidarizamo-nos com os negros, que, de forma imoral e injustificável, eram trazidos para o Brasil a fim de se substituírem aos brancos, às máquinas e aos animais no trabalho como escravos.

Quanto ao comércio os índios nunca contaram com a moeda como substitutivo de mercadorias: praticava-se e pratica-se ainda, até hoje, em muitas tribos, a troca pura e simples, também conhecida como escambo.

Cada tribo se organiza de forma que cada homem e cada mulher sejam tratados com respeito e igualdade, destacando-se, todavia, os pajés, por suas qualidades espirituais; os caciques, por sua capacidade de liderar em benefício do grupo e o conselho, que reúne os mais experientes, a fim de deliberar em prol da coletividade e nunca em benefício pessoal.

Alcy Cheuiche, no seu livro *“Sepé Tiaraju – romance dos sete povos das missões”*, afirma que:

“Entre si, os líderes eram escolhidos não só pela coragem e força física, mas também pela facilidade de transmitir suas idéias.”

A questão dos nomes pessoais é levada muito a sério e cada índio e cada índia recebem um nome que pretende ajudá-lo ou ajudá-la na sua trajetória pela vida. Não se escolhem nomes *“da moda”*, mas sim significativos, positivos, bons.

Amor e casamento são dois temas importantes para entendermos a cultura indígena.

A proibição do incesto é uma regra básica, entendendo-se que os índios têm a noção de parentesco de forma muito diversa da dos civilizados. Assim é que muitos casamentos são desaconselhados (mas não há obrigatoriedade) pelos costumes quando os interessados são consideradas parentes.

O casamento não deve ser considerado apenas em relação aos noivos, mas cada um deve pensar no interesse das famílias envolvidas. Isso é uma regra, mas sujeita a exceções, pois, afinal de contas, cada um casa com quem quer e encerra o casamento quando assim o entende, sem maiores formalidades. Se o casamento é formal, quando os noivos assim o querem, a verdade é que o divórcio é informal.

Existe lugar para o amor no matrimônio indígena? Trata-se de uma pergunta feita por Melatti. Existe sim, caso os interessados assim o queiram. Mas ele pergunta: e entre os civilizados quantos se casam por puro mercenarismo?

A vida doméstica é uma rotina que começa cedo, mas que consideramos fastidioso para os leitores lerem o relato sobre o dia a dia de uma família indígena que o nosso autor de referência descreve minuciosamente.

Cada sociedade apresenta um tipo de organização doméstica: esse é um ponto importante, pois cada tribo tem sua forma própria de organizar-se.

Os índios não são pessoas que regulam sua vida por leis, mas sim pelos costumes, os quais são adotados desde há muito tempo por pequenos agrupamentos de pessoas.

A vida política dos índios sempre foi muito diferente da dos civilizados, pois há o espírito democrático como regra básica e todo comando existe em função da coletividade, sem nenhum autoritarismo ou arbitrariedade. O poder é de todos.

O chefe (cacique) é aquele que melhores condições tem de dirigir a comunidade, pela sua coragem, espírito democrático e facilidade de expressão e não o mais ardiloso ou arbitrário: sua escolha é baseada no mérito. Há casos de mulheres caciques, desde séculos passados e inclusive atualmente.

O conselho é composto pelos mais experientes e delibera em prol da coletividade.

O direito à participação na vida política compete aos que vão adquirindo maior experiência de vida, com o tempo e o tipo de conduta pessoal.

Os crimes e os castigos são analisados caso a caso, ao contrário do sistema jurídico do mundo civilizado. Prioriza-se, nesses casos, a conveniência da continuidade dos laços de amizade e a mentalidade gregária.

As relações entre aldeias se baseia na conveniência da boa vizinhança, dentro do possível.

Os ritos variam de tribo para tribo.

O aspecto ritual das ações é uma questão muito séria, pois muitas situações devem ser lembradas como importantes, uma vez que a vida de qualquer índio é regulada por ciclos, baseados nos conceitos xamanistas.

Na vida de um civilizado não se leva em conta o conceito dos ciclos, mas na vida de um indígena a idéia de ciclos é importantíssima, vital.

Para eles é importante saber em que ciclo estão, ou seja, as fases da Lua e outros referenciais.

Os ritos de passagem são detalhadíssimos. Por exemplo, os de passagem da infância para a idade adulta de adolescentes de ambos os sexos.

Melatti e outros autores detalham os ritos de gestação e nascimento, os ritos de iniciação, os ritos de casamento e os ritos funerários.

A crença num Ser Supremo: essa é uma verdade incontestável e Seu nome mais aceito é Tupã, como dissemos acima.

A crença na existência da alma é outra realidade, que Antônio Torres afirma no seu livro *“Meu Querido Canibal”*, que é uma biografia de Cunhambebe. Mas acreditam que não somente os seres humanos têm alma, mas também os animais, vegetais e minerais.

O médico-feiticeiro (pajé ou xamã) é uma figura importante nas tribos e em cada uma existe um ou mais.

Há mulheres pajés, sendo, na História, a mais famosa delas a índia Juçara (século XVIII), esposa de Sepé Tiaraju.

O saber indígena engloba tudo que diz respeito, sobretudo, à Natureza e o que se denomina, no mundo civilizado, de Magia, ou seja, são as várias facetas do Xamanismo.

Quanto ao Xamanismo, ao invés de fazermos uma tentativa cansativa de resumo, simplesmente copiaremos o que a Wikipédia registra, o que não corresponde, na íntegra, ao conceito que adotamos, mas dará aos leitores leigos uma idéia inicial:

“O xamanismo é um termo genericamente usado em referência a práticas etnomédicas, mágicas, religiosas (animista, primitiva) e filosóficas (metafísica), envolvendo cura, transe, supostas metamorfoses e contato direto entre corpos e espíritos de outros xamãs, de seres míticos, de animais, dos mortos, etc.

A palavra xamã vem do russo - tungue saman - e corresponde à práticas dos povos não budistas das regiões asiáticas e árticas especialmente a Sibéria (região centro norte da Ásia). Apesar, como assinala Mircea Eliade da especificidade dessas práticas na região (em especial as técnicas do êxtase dos tungues, Iacutes, mongóis, turco-tártaros etc.), não existe, contudo origem histórica ou geográfica para o xamanismo como conhecido hoje, tampouco algum princípio unificador. Outros nomes para sua tradução seriam feiticeiros, médico-feiticeiros, magos, curandeiros e pajés.

Antropólogos discutem ainda na definição xamanismo a experiência biopsicossocial do transe e êxtase religioso, bem como as implicações sociais da definição do xamanismo como fato social. É considerado uma tradição equivalente à magia enquanto prática individualizada relacionada aos problemas e técnicas e ciência da sobrevivência cotidiana (agricultura, caça, medicina, etc.) ou ao fenômeno religioso, abstrato, coletivo, normatizador.

Xamã

O sacerdote do xamanismo é o xamã, que geralmente entra em transe durante rituais xamânicos, manifestando poderes incomuns, invocando espíritos, plantas etc., através de objetos rituais, do próprio corpo ou do corpo de assistentes e pacientes. A comunicação com estes aspectos sutis da vida pode se processar através de estados alterados de consciência. Estados esses alcançados através de batidas de tambor, danças e até ervas enteógenas.

As variações "culturais" são muitas, mas, em geral, o xamã pode ser homem ou mulher, a depender da cultura, e muitas vezes há na história pessoal desse indivíduo um desafio, como uma doença física ou mental, que se configura como um chamado, uma vocação. Depois disto há uma longa preparação, um aprendizado sobre plantas medicinais e outros métodos de cura, e sobre técnicas para atingir o estado alterado de consciência e formas de se proteger contra o descontrole.

O xamã é tido como um profundo conhecedor da natureza humana, tanto na parte física quanto psíquica. De acordo com Eliade (o.c.), entre os manchus e os tungues da Manchúria a tradição dos dons xamânicos costuma ser feita de avô para neto, pois o filho ocupa-se em prover as necessidades do pai, isso no caso dos amba saman (xamãs do clã). Os xamãs independentes seguem a sua própria vocação. O reconhecimento como xamã só pode ser feito pela comunidade inteira depois de uma prova iniciática. Ainda segundo esse autor das referências a distúrbios psicológicos (especialmente no processo de formação) o ideal iacuto de um xamã é: um homem sério, que sabe convencer os que estão à sua volta, não presunçoso nem colérico. Entre os kazak-quirguizes o baqça, guardião das tradições religiosas é também cantor, poeta, músico, adivinho, sacerdote e médico.

Talvez pela experiência do sofrimento antes da iniciação ou experiência de possessão o xamã é confundido com indivíduos portadores de distúrbio mental tipo epilepsia,

histeria e psicose, Lévi-Strauss citando os estudos de Nadel e de Mauss na introdução à obra de Marcel Mauss afirma que ...existe uma relação entre os distúrbios patológicos e as condutas xamanísticas, mas que consiste menos numa assimilação das segundas aos primeiros do que na necessidade de definir os distúrbios patológicos em função das condutas xamanísticas... afirma ainda, baseado em estudos comparativos, que a freqüência das neuroses e psicoses parecem aumentar nas regiões sem xamanismo e que xamanismo pode desempenhar um duplo papel frente as disposições psicopáticas: explorando-as por um lado, mas, por outro canalizando-as e estabilizando-as.

Xamanismo entre os Vikings (Seiðr)

O seiðr, em muitos casos, foi descrito como uma feitiçaria realizada para "ferver" certos objetos imputados de poderes mágicos, sendo basicamente utilizado como um rito adivinatório ou para assassinato, ou ainda como prescreve Boyer, relacionado a três ações básicas: prever o futuro, aprisionar, causar doenças/desgraças ou matar. A tradução do termo varia segundo os pesquisadores, mas geralmente é interpretada como sendo canto. Tratava-se de um ritual mágico de tipo divinatório e profético, com conotações xamanistas e uma arte mágica criada pela deusa Freyja. Era um tipo de magia extática com transe, êxtase do celebrante e cantos da assembléia, geralmente realizada durante a noite e praticada sobre uma plataforma chamada de assento para encantamento (seiðhjallr). A sua realização era conectada com sons mágicos ou encantamentos, e a melodia era considerada bonita para os ouvidos. Também compreendia fórmulas mágicas para chamar tempestades e todos os tipos de injúrias, metamorfoses e predições de eventos futuros. Criada pela deusa Freyja, era praticada especialmente por mulheres chamadas seiðkonur (sing. Seiðkona). Para Neil Price seria antes de tudo uma forma de extensão do espírito e de suas faculdades, enquanto que para Zoe

Borovsky a performance do seiðr simbolizaria o modelo vertical de universo (cosmológico) da árvore Yggdrasill. Como para o xamã, a praticante de seiðr devia descer ao mundo dos mortos para relatar os ensinamentos que buscam os vivos e para efetuar certos malefícios. A magia nórdica era tanto praticada por homens quanto por mulheres, com uma nítida especialização feminina. As Sagas estão repletas de práticas mágicas, mas maiores detalhes sobre o ritual do seiðr são desconhecidos.

Xamanismo no Brasil

O xamanismo é constante em diversas manifestações indígenas brasileiras. A palavra "pajé", de origem Tupi, se popularizou na literatura de língua portuguesa em referência ao xamã. Seu estudo, descrições de caso e comparação, tem sido recomendado para facilitar a implementação de práticas de assistência à saúde culturalmente adequadas no Brasil a cerca de 4.000 índios pertencentes a 210 povos sob a responsabilidade da FUNASA - Fundação Nacional de Saúde desde agosto de 1999.

Xamanismo ou Pajelança – Comunicação com os encantados e entidades ancestrais através de cânticos, danças assim como nos índios Guarani Kaiová e utilização de instrumentos musicais (maracá, zunidores) para captura e afastamento de espíritos malignos tipo mamaés, anhangás. Há também a utilização do jejum, restrições dietéticas, reclusão do doente, além de uma série de práticas terapêuticas que incluem: o uso do tabaco (o pajé fuma grandes cachimbos) e outras plantas psicoativas, aplicação de calor e defumação, massagens, fricções, extração da doença por sucção/vômito, escarificação no tórax e locais inflamados com bico, dentes de animais ou fragmentos de cristais.

No Brasil rural e urbano, apesar da tradição multiétnica dos ameríndios, observa-se a presença dessas práticas médicas-religiosas em comunhão com rituais católicos e espiritualistas de origem africana. Esse xamanismo é

conhecido em algumas regiões como pajelança cabocla, culto aos encantados, toré, catimbó, candomblé de caboclo, em rituais de umbanda, culto a Jurema sagrada. Atualmente no Brasil existem várias vertentes de neo-xamanismo ou xamanismo urbano, entre estas linhas diversos grupos se reúnem para estudar e trocar conhecimentos sobre o tema.

O Xamanismo, ou como conhecemos (índios) costumavam se obliterar em cavernas, matas virgens, além de florestas, os rituais com seiva de animais mortos era um costume tanto quanto normal, o Xamanismo vem desde a existência brasileira, e com isso, tem suas apresentações, coloniais realizadas apenas entre eles, e a diferenciação, de raças.

Uso de plantas psicoativas

Como foi dito algumas práticas xamânicas são marcadas pelo uso de elementos extraídos de fontes naturais que levam o indivíduo a entrar em estados modificados de consciência denominados transe ou êxtase. Esses produtos, tem característica da presença de substâncias psicoativas ou enteógenos. Para entender o efeito de tais substâncias não basta analisar a composição molecular e efeito bioquímico, é necessário situar-se no contexto (set) de utilização as expectativas e formas de uso da substância incluindo os mitos ou crenças a seu respeito.

(<http://pt.wikipedia.org/wiki/Xamanismo>)

O índio e a Arte: os livros e revistas que compulsamos são bastante explicativos sobre a Arte indígena e é esse tópico mais conhecido do público em geral.

Aliás, a maioria das pessoas acredita que os índios só têm esse ponto favorável e, assim mesmo, rotulam a Arte indígena de primária.

Melatti e outros autores que consultamos falam na Pintura corporal, na Arte plumária, na Arte em pedra, na Arte em madeira, no Trançado, na Cerâmica, na Pintura e desenho, na Música e dança e no Proto-teatro.

A chamada “*conquista do Brasil*” é um ponto polêmico, pois que foi realmente, segundo pensamos, quase um “*genocídio*” humano e cultural e que Sady Carnot aborda no seu livro “*A Destribalização da Alma Indígena – Brasil século XVI – uma visão junguiana*”, mostrando como os “*colonizadores*” e, principalmente, os jesuítas descaracterizaram a essência da psicologia e do estilo de vida dos índios brasileiros.

As doenças e o desaparecimento das tribos indígenas: esses são outros pontos de estrangulamento da questionável “*ajuda*” dos civilizados, que trouxeram doenças que dizimaram milhares de índios.

A política indigenista é uma quase farsa, que começou no século XVI e perdura até hoje.

Donos que eram da integralidade do território onde se localiza o atual Brasil, agora são proprietários de apenas onze por cento dessa imensidade de mais de oito milhões de quilômetros quadrados.

Devemos considerar que, pelo seu estilo de vida, os hectares que lhes são destinados são insuficientes, uma vez que vivem do contato com a Natureza, de forma extensiva: sem esse contato morrem em pouco tempo.

Todavia, nesse mar de explorações e hipocrisia, salvam-se figuras respeitáveis como os irmãos Villas-Boas, Darcy Ribeiro e Cândido Mariano da Silva Rondon, a quem homenageamos.

O índio e o civilizado: o que um pensa do outro é outro tópico lembrado por Melatti. Imagine-se o que os índios pensarão de nós, que lhes tomamos quase tudo, inclusive sua honra.

Como os sertanejos julgam os índios: querem tomar as terras que lhes sobraram. Essa é a mais pura verdade.

Aqueles que julgam os índios de um ponto de vista romântico estão querendo “*tapar o sol com a peneira*” e muitas vezes não realizam nada de concreto.

Os índios percebem as diferenças que os separam dos civilizados: isso é mais do que evidente e, mesmo beneficiados pelo sistema de cotas em algumas universidades, seu futuro

profissional é muito mais difícil do que o dos brancos, pois a discriminação racial existe, mais do que contra os negros.

Como os índios dividem os civilizados: em enganadores e sinceros. Conseguem saber quem são seus verdadeiros amigos, que, aliás, são poucos.

CONCLUSÃO

O Executivo, o Legislativo e o Judiciário são responsáveis, em grande parte, pela miserabilidade e desaparecimento gradativo da raça vermelha no Brasil e cada um é responsável por essa devastação de uma forma diferente.

NOTAS

[1] <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ind%C3%ADgenas>:

“São designados como povos aborígenes, autóctones, nativos, ou indígenas aqueles que vivem numa área geográfica antes da sua colonização por outro povo ou que, após a colonização, não se identificam com o povo que os coloniza. A expressão povo indígena, literalmente "originário de determinado país, região ou localidade; nativo", é muito ampla, abrange povos muito diferentes espalhados por todo o mundo. Em comum, têm o fato de que cada um se identifica com uma comunidade própria, diferente acima de tudo da cultura do colonizador.

A ONU definiu em nota técnica que:

"As comunidades, os povos e as nações indígenas são aqueles que, contando com uma continuidade histórica das sociedades anteriores à invasão e à colonização que foi desenvolvida em seus territórios, consideram a si mesmos distintos de outros setores da sociedade, e estão decididos a conservar, a desenvolver e a transmitir às gerações futuras seus territórios ancestrais e sua identidade étnica, como base de sua existência continuada como povos, em conformidade com seus próprios padrões culturais, as instituições sociais e os sistemas jurídicos.

Índice

Povos indígenas

Austrália

Os aborígenes australianos formam uma população, assim como os grupos indígenas, que foi vítima de massacres pelos colonizadores e discriminados por parte da população dita civilizada. Os colonizadores ingleses foram os primeiros responsáveis pelos massacres das comunidades indígenas australianas. Soldados ingleses aproximavam das aldeias e ofereciam agrados para a população local. Entretanto, outros soldados envenenavam com arsênio a água e os alimentos dessa população. Vários aborígenes morreram em consequência do envenenamento causado por esse elemento químico. Atualmente os aborígenes correspondem a 1% da população australiana.

América

Quando os europeus chegaram ao continente americano no século XV ele era habitado por centenas de etnias nativas. Durante o processo da colonização as populações nativas foram escravizadas, tendo havida expressiva depopulação.

Brasil

A presença dos índios no território brasileiro é muito anterior ao processo de ocupação estabelecido pelos exploradores europeus que aportaram em suas terras. Segundo estimativas, a população indígena brasileira variava entre três e cinco milhões de habitantes. Nessa vasta população, havia a presença de etnias de diferentes filiações linguísticas, entre as quais podem-se citar os panos, caribes, tupi-guaranis, jês e outros.

Aponta-se para uma tendência do índio passar a viver em cidades para poder estudar e ter acesso a outros recursos e o risco de favelização diante das dificuldades para se manter no meio urbano.

Reservas indígenas no Brasil

Como o próprio nome diz, Reservas Indígenas no Brasil, são áreas federais reservadas para a utilização dos indígenas brasileiros para servir-lhes como meio de subsistência. Essas áreas são importantes para conservação cultural brasileira. Em 2008, as áreas de reservas destinadas a grupos de indígenas no Brasil ocupavam cerca de 12,5% do território nacional.”

[2]

http://pt.wikipedia.org/wiki/Mu_%28continente_perdido%29

“Mu assim como Atlântida e Lemúria é considerado um antigo continente que entrou em colapso devido a um cataclismo. Suas descrições e pesquisas ainda estão em um nível extremamente primário.

Histórico

De acordo com antigas lendas de povos que habitavam a América do Sul muito antes da chegada de Cristóvão Colombo ao "Novo Continente", Mu era um continente rico em ouro, prata e cobre. Essas lendas caíram no esquecimento após a chegada de Cristóvão Colombo à América, que culminou com a dizimação de grande parte da cultura desses povos. Alguns séculos depois, a lenda retornou à tona, quando o coronel inglês, James Churchward, afirmou ter decifrado antigas inscrições em pedra. As inscrições revelavam a existência de Mu, indicava sua localização (ligeiramente abaixo da Linha do Equador), sua extensão (9.600 quilômetros de Leste a Oeste, e 4.800 quilômetros de Norte a Sul) e a causa de sua submersão (uma ação vulcânica que dizimou a população de 64 milhões de pessoas). Segundo levantamentos posteriores, toda a humanidade descenderia de Mu, e segundo Churchward tratava-se do Jardim do Éden, onde há 200 mil anos havia surgido o homem. As diferenças raciais teriam levado os grupos colonizadores a migrar para diferentes partes do mundo. Os mais poderosos formaram o império Uigur, cuja

capital encontra-se até hoje enterrada sob o deserto de Gobi, na Ásia. Os outros formaram outras civilizações, entre elas as também hipotéticas Atlântida e Lemúria.”

[3]

Kaká Werá Jecupé é um escritor, ambientalista e conferencista brasileiro de origem indígena caiapó, do grupo dos txucarramães.

É fundador do Instituto Arapoty, empreendedor social da rede Ashoka de Empreendedores Sociais e conselheiro da Bovespa Social & Ambiental. Leciona, desde 1998, na Universidade da Paz (Unipaz) e na Fundação Peirópolis. Já fez conferências sobre respeito à diversidade cultural no Reino Unido, Estados Unidos, Israel, Índia, México e França.

É candidato pelo Partido Verde ao Senado Brasileiro pelo Estado São Paulo nas eleições gerais no Brasil em 2014.

Livros publicados

- *"Tupã Tenondé no pé"*
- *"A Terra dos Mil Povos - História Indígena do Brasil Contada por um Índio"*
- *"As Fabulosas Fábulas de Iauaretê"*
- *"Oré Awé - Todas as Vezes que Dissemos Adeus".*

[4] <http://pt.wikipedia.org/wiki/Antropofagia>:

“Antropofagia é o ato de comer uma parte ou várias partes de um ser humano. Os povos que praticavam a antropofagia a faziam pensando que, assim, iriam adquirir as habilidades e força das pessoas que comiam. O sentido etimológico original da palavra "antropófago" (do grego anthropos, "homem" e phagein, "comer") foi sendo substituído pelo seu uso comum, que designa o caso particular de canibalismo na espécie humana.¹ . Por sua realização em contexto mágico cerimonial ou

patológico, não deve ser classificada ou compreendida como um hábito alimentar, o que não se aplica ao canibalismo, na maioria das vezes associado ao comportamento predatório. Observe-se também que muitos autores utilizam esses termos indistintamente.

A prática, conforme afirmam antropólogos e arqueólogos, era encontrada em algumas comunidades ao redor do mundo. Foram encontradas evidências na África, América do Sul, América do Norte, ilhas do Pacífico Sul e nas Caraíbas (ou Antilhas). Na maioria dos casos, consiste num tipo de ritual religioso/mágico como uma forma de prestar seu respeito e desejo de adquirir as suas características.

Um dos grupos canibais mais famosos são os astecas, que sacrificavam seus prisioneiros de guerra e comiam alguns deles. Eles comiam os prisioneiros de guerra e outras vítimas, numa prática conhecida como exocanibalismo ou exofagia, ou seja, canibalismo praticado em indivíduos de tribos diferentes. O canibalismo que consiste no ato de consumir parte dos corpos de seus parentes e amigos mortos é chamado de endocanibalismo (ver verbete específico: Antropofagia na Mesoamérica).

Os poucos casos de canibalismo de humanos registrados na história da sociedade ocidental moderna estão ligados a situações-limite de satisfação do instinto de sobrevivência do indivíduo perante uma opção de vida ou morte.

Ponto de vista legal e social

Em 1846, um grupo de 90 pessoas liderado por George Donner ficou preso em uma nevasca no alto de Serra Nevada, na Califórnia. Os sobreviventes tiveram que comer a carne de seus companheiros mortos para permanecerem vivos. Uma história semelhante ocorreu em 1972. O "Voo Força Aérea Uruguaia 571", que transportava 46 pessoas, entre eles a Seleção de Rúgbi

Uruguaia, despencou na Cordilheira dos Andes. Apenas 16 pessoas se salvaram. O estoque de alimentos a bordo acabou rapidamente e o único meio encontrado pelo grupo para sobreviver foi recorrer aos corpos dos colegas mortos.

Canibalismo humano como ritual

Os líderes tribais das ilhas Fiji comiam a carne de pessoas consideradas especiais em sua comunidade. Para isso, utilizavam talheres próprios, que não podiam ser usados para consumir qualquer outro tipo de "alimento". Os habitantes da Ilha de Páscoa gostavam bastante de carne humana. Os banquetes eram promovidos em lugares isolados e apenas os homens podiam participar. Em 1912, no Haiti (Caraíbas), um grupo de haitianos matou e comeu uma garota de 12 anos em uma cerimônia Voodoo.

No meio do caminho entre o ritual e a sobrevivência está o caso da tribo Fore, da Papua-Nova Guiné. Para compensar as carências de proteínas, passaram a realizar um ritual onde os homens ficavam com os músculos, enquanto as mulheres e crianças, com o cérebro de outros membros da tribo que tinha falecido. O canibalismo foi praticado desde finais do século XIX e durou até a chegada dos colonizadores europeus na década de 1950, mas ainda no final do século XX foi descrito pelo velejador Helio Setti Jr. um caso de uma doença provocada por esta prática, que provocou a disseminação de uma doença localmente denominada kuru, a doença de Creutzfeldt-Jakob clássica.

Num esboço de classificação dessas praticas tipo sacrificial, segundo Castro, temos:

- Canibalismo póstumo: se aproxima ou se inclui nos ritos funerários*
- Canibalismo bélico sociológico classicamente representado pelos ritos de destruição dos inimigos pelos Tupinambás da costa brasileira no séc. XVI.*

Para esse autor um possível esquema interpretativo desse tipo de sacrifício, que na concepção de Descola³ corresponde à práticas animistas, ou seja, a concepção de um cosmos habitado por muitas espécies de seres dotados de intencionalidade e consciência.

A prática do canibalismo nesse sentido equipara-se aos ritos de caça, entendendo esta como uma forma de guerra. Para Castro (o.c.) a caça é uma forma de guerra na perspectiva estabelecida pela mitologia indígena, onde a visão que o homem tem dos animais é equivalente à que os animais de outros animais e do próprio homem. Observe-se que esse xamã sacrificador – vítima (é relativamente comum eliminarem-se xamãs acusados de feitiçaria) tem um papel fundamental nas “declarações” de guerra e existem guerras cuja causa declarada é a vingança ou combate à feitiçaria inimiga

Antropofagia no Brasil

A antropofagia praticada pelos grupos tribais do Brasil revestia-se de caráter exclusivamente ritual. As notícias fornecidas pelos cronistas do século XVI dão conta de sua importância na organização social indígena como fator indispensável aos ritos de nomeação e iniciação. Estas sociedades eram estruturadas em função da guerra, essas tribos desenvolveram uma escala de estratificação social em que a aquisição de status baseava-se fundamentalmente na capacidade de perseguir e matar o maior número possível de inimigos.

O adversário capturado vivo era conduzido à aldeia dos vencedores e ali mantido prisioneiro durante um período no qual todas as honras e privilégios lhe eram concedidos: era designado uma mulher para lhe fazer companhia e os melhores alimentos eram colocados a sua disposição.

Durante vários dias, preparavam-se a festa em que o prisioneiro seria executado segundo cerimônia solene. A execução, com violento golpe de borduna, cabia a quem o houvesse capturado, podendo ser por este transferido a

alguém merecedor de tal obséquio, em sinal de agradecimento ou homenagem.

Ao prisioneiro, competia manter-se altivo e valente, retrucando as provocações e insultos numa demonstração de total indiferença ante o fim próximo. O executor ganhava, então, direito ao uso de mais um nome, e seu corpo era incisado de modo indelével, para que se perpetuassem a sua coragem e o seu valor. Dessa forma, acreditavam que, ao comer a carne de um inimigo guerreiro, iriam assim adquirir o seu poder, seus conhecimentos e as suas qualidades.

Para ser considerado herói, não bastava ao índio da tribo Urubu, do Pará e Maranhão, capturar o inimigo. Tinha também de ser o carrasco e para tanto deveria dançar suportando, sem gemer, ferroadas de vorazes formigas presentes em faixas atadas em sua testa e cintura. Enquanto dançava enormes vespas eram atiradas sobre ele.

O pirata inglês Anthony Knivet fez uma descrição detalhada da execução de prisioneiros pelos índios. Tendo sido capturado com mais doze portugueses, ele relatou:

Duas horas depois levaram um dos portugueses, amarraram-lhe outra corda à cintura e conduziram-no a um terreiro, enquanto três índios seguravam a corda de um lado e três do outro, mantendo o português no meio. Veio então um ancião e pediu a ele que pensasse em todas as coisas que prezava e que se despedisse delas pois não as veria mais. Em seguida veio um jovem vigoroso, com os braços e o rosto pintados de vermelho, e disse ao português: “Estas me vendo? Sou aquele que matou muitos do teu povo e que vai te matar.” Depois de ter dito isso, ficou atrás do português e bateu-lhe na nuca de tal forma que o derrubou no chão e, quando ele estava caído, deu-lhe mais um golpe que o matou. Pegaram então um dente de coelho (provavelmente de capivara), começaram a retirar-lhe a pele e carregaram-no pela cabeça e pelos pés até as chamas da fogueira. Depois disso, esfregaram-

no todo com as mãos de modo que o que restava de pele saiu e só restou a carne branca. Então cortaram-lhe a cabeça, deram-na ao jovem que o tinha matado e retiraram as vísceras e deram-nas às mulheres. Em seguida, o desmembraram pelas juntas: primeiro as mãos, depois os cotovelos e assim o corpo todo. Mandaram a cada casa um pedaço e começaram a dançar enquanto todas as mulheres preparavam uma enorme quantidade de vinho. No dia seguinte ferveram cada junta num caldeirão de água para que as mulheres e as crianças tomassem do caldo. Durante três dias nada fizeram a não ser dançar e beber dia e noite. Depois disso mataram outro da mesma maneira que lhes contei, e assim foram devorando todos menos eu.

Todos os portugueses, inimigos dos Tamoio, foram executados. Ele se salvou porque disse que era francês, um aliado.

Além do caráter ritual, a ingestão da carne do inimigo era também considerada a mais completa forma de vingança, como pode ser visto no trecho abaixo, escrito por Hans Staden, no século XVI:

Fazem isto, não para matar a fome, mas por hostilidade, por grande ódio, e quando na guerra escaramuçam uns com os outros, gritam entre si, cheios de fúria: “Debe marãpá Xe remiu ram bengué, sobre ti caia toda desgraça, tu és meu pasto. Nde acanga jucá aipotá curi ne, quero ainda hoje moer-te a cabeça. Xe anama poepica que Xe aju, aqui estou para vingar em ti a morte dos meus amigos. Nde rôo, Xe mocaen será ar eima riré, etc., tua carne hoje ainda, antes que o sol se deite, deve ser meu manjar”. Isto tudo fazem por imensa hostilidade.

Quando perguntados por que guerreavam contra outras tribos os índios diziam que era para vingar seus antepassados que tinham sido mortos por elas. Alegavam que comiam os prisioneiros para se vingarem dos seus entes que tinham sido devorados por aqueles inimigos.

Algumas tribos devoravam a carne dos inimigos como parte de ritual ou por vingança, mas outras encaravam a

carne humana como apenas outro alimento, como relatou o pirata inglês Anthony Knivet (1560-1649), que viveu no Brasil de 1592 a 1601:

Pode-se encontrar esses canibais nos rios São Francisco, São Miguel e Santo Antônio. Eles também comem carne humana, mas não fazem as mesmas cerimônias dos potiguares e de outros canibais.

Habitando o Amazonas e a Colômbia, os Miranha alegavam que devoravam a carne humana simplesmente por ela ser mais um tipo de carne disponível na natureza. Achavam um absurdo o fato dos europeus não comerem carne de macaco e, jocosamente, diziam que a carne dos brancos não era lá grande coisa, uma vez que era azeda.

Algumas vezes índias das tribos captoras engravidavam do prisioneiro e o destino da criança variava de tribo para tribo. Em algumas a criança era devorada junto com o prisioneiro e no caso de nascer depois do sacrifício do pai era devorada ao nascer. Em outras tribos as crianças eram alimentadas até atingirem tamanho adequado para serem mortas. Ainda em outras elas eram deixadas vivas, mas não podiam participar do dia a dia da aldeia e alimento por ela tocado era desprezado pelos índios. Contudo, algumas tribos tratavam com grande deferência os filhos de prisioneiros mortos, já que acreditavam que eles eram tão valorosos quanto seus pais.

Com a vinda dos missionários jesuítas, esses costumes foram fortemente combatidos, por serem incompatíveis com os valores e padrões da sociedade européia. O costume de comer carne humana foi proscrito e reprimido pela força, com grave dano para um tipo de organização social em que a antropofagia desempenhava relevante função como processo de aquisição de prestígio e ascensão social.

Os europeus, inclusive os jesuítas, que chegavam às Américas na época da colonização ficavam horrorizados com a prática do canibalismo pelos indígenas, desconhecendo ou fingindo desconhecer que o mesmo

havia sido largamente praticado na Europa na Idade Média, devido principalmente à escassez de alimentos.

Hoje em dia, a tribo dos ianomâmis ainda conserva o hábito de comer as cinzas de um amigo morto em sinal de respeito e afeto.

Quanto à ingestão de cinzas de mortos pelos indígenas, alguns estudiosos atribuem este costume à identificação mística entre homens e plantas. Os indígenas notaram que o emprego de cinzas dos vegetais queimados na coivara davam vigor às novas plantas e deduziram que a ingestão das cinzas dos entes mortos lhes permitiria adquirir e perpetuar as boas características do defunto.

Se um índio ficava doente, sem esperança de cura, a própria família dos Tapuia do Maranhão o matava e comia, acreditando que o estavam salvando de uma morte lenta e dolorosa e que seus restos mortais estariam melhor nos corpos dos parentes do que enterrados, onde apodreceriam.

No século XVII indígenas do Recife comiam fetos abortados e quando a criança nascia normalmente, a mãe comia o cordão umbilical e a placenta cozidos.

Crianças que morriam eram comidas pela própria mãe, num ato de compaixão e amor. Quando algum parente morria era assado e devorado pelos familiares e os ossos eram guardados para serem posteriormente moídos e ingeridos. Os cabelos eram calcinados e as cinzas bebidas com água. Moças que passavam da idade de se casar e não achavam pretendentes eram defloradas pelo chefe. Se no processo havia perda de sangue ele era bebido pelo chefe, o que consistia em grande honra.

Casos patológicos extremos

Numa perspectiva psicanalítica, tal prática está associada aos bizarros comportamentos da psicose e perversão sádico - psicopática. Freud referiu-se algumas vezes à essa manifestação patogênica inclusive codenominando a fase oral por fase canibalesca enquanto um conjunto (complexo) de pulsões. Em sua avaliação do processo

civilizatório, situa o canibalismo como um comportamento possivelmente controlado, ao lado dos desejos instintuais do incesto e da ânsia de matar, desejos inconscientes que ameaçam o indivíduo e a civilização e que todos parecem unânimes em repudiar. Apesar desse repúdio, eventualmente se registram ocorrências de tal manifestação patológica. A saber:

No século 19, aconteceu em Porto Alegre, um crime que recebeu o nome do "caso do linguiceiro". O casal José Ramos e Catarina Palsen foram presos acusados de atrair e matar homens para posteriormente produzir linguixas que seriam vendidas no seu açougue.

O alemão Fritz Haarmann, conhecido como o vampiro de Hanôver, foi condenado em 1924 pelo assassinato de 30 garotos. Ele fazia salsicha da carne dos meninos, não somente para consumo próprio, como também para venda.

No passado, alguns casos famosos de canibalismo foram também associados a um contexto sexual. Por exemplo, nos Estados Unidos, durante a década de 1920, Albert Fish estuprou, matou e devorou várias crianças, alegando ter tido um grande prazer sexual resultante de seus atos. O russo Andrei Chikatilo, que matou pelo menos 53 pessoas entre 1978 e 1990, também era praticante do canibalismo com conotações sexuais.

O estadunidense Jeffrey Dahmer, conhecido também como o "Canibal de Milwaukee", assassinou e devorou suas vítimas entre 1978 e 1991 (sendo a maioria dos assassinatos ocorridos entre os anos de 1989 e 1991). Suas vítimas eram homens que haviam tido relações sexuais com Dahmer. Foi preso em 22 de julho de 1991 e condenado à prisão perpétua em 1992. Em 28 de Novembro de 1994, Dahmer e outro preso foram atacados de surpresa e espancados até à morte por Christopher Scarver, outro preso, diagnosticado como psicótico. Dahmer morreu a caminho do hospital, devido a vários traumas na cabeça por um haltere.

Em 2002, a polícia alemã encontrou na casa de Armin Meiwes, técnico de informática residente em Rotenburgo, em Hessen, pedaços de um corpo humano no frigorífico. Tratava-se de Bernd-Jürgen Brandes, de 43 anos, que o procurara em resposta a um anúncio colocado por Meiwes na internet procurando por "jovens corpulentos entre 18 e 30 anos para abate". Além de matá-lo com seu consentimento, Meiwes cortou seu pênis e ambos degustaram-no flambado.²¹ Meiwes contou à polícia que Brandes teria explicitamente concordado que partes de seu corpo fossem cortadas e cozidas e depois que de terem comido juntos, Brandes teria concordado em ser morto.

Cultura popular

Talvez o ícone contemporâneo mais forte acerca do canibalismo seja o personagem principal dos filmes Hannibal, Dragão Vermelho e O Silêncio dos Inocentes. Este personagem se chama Hannibal Lecter, interpretado por Anthony Hopkins (seu maior fetiche com carne humana era fígado com favas e vinho chianti). o Português chulo tem na palavra comer o significado de possuir sexualmente, copular com, papar, traçar, faturar o que de certo modo vem reforçar a concepção psicanalítica de aspectos eróticos associados à nutrição infantil em fase precoce de seu desenvolvimento.

A antropofagia no Brasil se constituiu como inspiração para um movimento artístico na primeira metade do século 20 denominado movimento antropofágico (ver: Manifesto Antropófago).”

[5] <http://pt.wikipedia.org/wiki/Poligamia>:

“Poligamia, do grego muitos matrimônios, é a união reprodutiva entre mais de dois indivíduos de uma espécie. No reino animal, a poligamia se refere à relação onde os animais mantêm mais de um vínculo sexual no período de reprodução. Nos humanos, a poligamia é o casamento entre mais de duas pessoas. Os casos mais típicos são a poliginia, em que um homem é casado com várias

mulheres, e a poliandria, em que uma mulher vive casada com vários homens. Não deve confundir-se com o amantismo, que é também comum nas sociedades humanas, mas em que o laço com um parceiro sexual para além do casamento não é, nem aceite pela lei, nem na maior parte das vezes, de conhecimento público.

A poligamia é permitida por algumas religiões e pela legislação de alguns países.

Aspectos históricos

A poligamia já foi regra nos grupos humanos em estado natural. Durante a história, a poligamia foi amplamente usada, tendo como principal causa a grande diferença numérica entre homens e mulheres ocasionada pelas guerras. Atualmente mesmo em países onde esta é uma prática legal está caindo em desuso, sendo amplamente usada somente em áreas de conflito.

A questão sempre esteve também no centro do debate religioso. O Velho Testamento fala de um personagem como Jacó, que teve duas mulheres, duas servas e doze filhos (vários deles com as servas). Essa prole viria a dar origem às doze tribos de Israel.

No Islão, por outro lado, ela tem sido praticada desde sempre (o próprio profeta Maomé teve 16 casamentos simultâneos). O Alcorão sugere a poligamia como uma alternativa ao homem que não tem filhos, é a união reprodutiva entre mais de dois indivíduos de uma espécie o se considera capaz de cuidar dos órfãos, indicando que este deve tomar duas, três ou quatro esposas, porém se não for capaz de lidar justamente com elas, deve se restringir a apenas uma esposa. Hoje, continua a ser adotado em alguns países muçulmanos e em processo de adoção em outros, o costume é regulamentado pelo Alcorão que tolera a poligamia e permite um máximo de 4 esposas.

Causas

A poligamia faz parte da cultura de várias sociedades humanas, mas tem geralmente causas económicas. Como consequência das guerras, em que muitos povos estiveram envolvidos e em que participavam principalmente os homens, muitas mulheres (e seus filhos) ficavam viúvas (e órfãos) e uma forma de prestar assistência a essas pessoas sem meios de subsistência, era o casamento. Outras causas incluem o êxodo rural, em que muitos homens trocam o campo pela cidade, ou migram para outros países, em busca de emprego, deixando um "excesso" de mulheres nas aldeias.

Poligamia na África

A poligamia é uma prática frequente na África, fazendo parte de muitas culturas. Embora a poliginia seja mais comum, a poliandria também existe. Estas práticas não estão associadas ao patriarcado ou à sociedade matriarcal, ainda existentes em África, mas às condições de vida na zona rural, embora possam verificar-se casos isolados na zona urbana.

Poligamia em outras regiões do mundo

Na República da Chechênia, a poligamia foi tornada uma forma legal de casamento. Por outro lado, no norte da Índia e no Uzbequistão, foram registados casos de poliandria, que também poderiam ser consideradas uniões múltiplas entre membros de duas famílias.”

[6] <http://pt.wikipedia.org/wiki/Polite%C3%ADsmo>

“Politeísmo (do grego: polis, muitos, Théos, deus: muitos deuses) consiste na crença em mais do que uma divindade de gênero masculino, feminino ou indefinido, sendo que cada uma é considerada uma entidade individual e independente com uma personalidade e vontade próprias, governando sobre diversas atividades, áreas, objetos, instituições, elementos naturais e mesmo relações humanas. Ainda em relação às suas esferas de influência, de notar que nem sempre estas se encontram

claramente diferenciadas, podendo naturalmente haver uma sobreposição de funções de várias divindades.

O reconhecimento da existência de múltiplos deuses e deusas, no entanto, não equivale necessariamente à adoração de todas as divindades de um ou mais panteões, pois o crente tanto pode adorá-las no seu conjunto, como pode concentrar-se apenas num grupo específico de deidades, determinado por diversas condicionantes como a ocupação do crente, os seus gostos, a experiência pessoal, tradição familiar, etc.

São exemplos de religiões politeístas as da antiga Grécia, Roma, Egito, Escandinávia, Ibéria, Ilhas Britânicas e regiões eslavas, assim como as suas reconstruções modernas como a Wicca, Xamanismo, Druidismo, Dodecateísmo e ainda o Xintoísmo.

Deuses e divindades

As divindades das religiões politeístas são agentes da mitologia, onde são retratados como personagens complexos de status de maior ou menor grau, com habilidades individuais, necessidades, desejos e histórias. Estes deuses são muitas vezes vistos como semelhantes aos humanos (antropomórficos), em seus traços de personalidade, mas com poderes individuais a mais, habilidades, conhecimentos ou percepções.

O politeísmo não pode ser claramente separado das crenças animistas predominantes na maioria das religiões populares. Os deuses do politeísmo são, em muitos casos, a mais alta ordem de um continuum de seres sobrenaturais ou espíritos, que podem incluir antepassados, demônios, entre outros. Em alguns casos esses espíritos são divididos em classes de celestiais ou ctônicos, sendo que a crença na existência de todos esses seres não implica que todos são adorados. Politeístas são as pessoas da idade antiga que acreditavam em vários Deuses sendo eles homens ou mulheres na arte grega ou reis que morriam eram considerados Deus.”

[7] <http://pt.wikipedia.org/wiki/Nudez>

“A nudez ou o nu é a condição ou estado pessoal em que, parcial ou totalmente, encontra-se uma pessoa sem cobertura de roupas. É usado por vezes para designar o uso de menos roupa do que o esperado por uma convenção cultural, particularmente no que se refere à exposição das partes íntimas, torso ou membros.

O conceito relaciona-se com a vergonha, embora tenha sua independência como sentimento. Pode também resultar numa sugestão sexual. A nudez depende essencialmente de localização espacial e temporal, podendo ir de extremos como a nudez apenas no caso da ausência de aparatos ou proteção de genitálias até o caso das religiões que consideram mulheres sem véu protetor como "nuas".

Há também o chamado nu artístico, que consiste na reprodução (pictórica ou escultural) de uma pessoa sem vestimentas.

Perspectiva história

De acordo com estudos arqueológicos, o uso de peles começou no período paleolítico há aproximadamente 72 mil anos atrás.

No Egito Antigo, as crianças viviam nuas até o início da puberdade, homens costumavam andar com o torso descoberto, mulheres costumavam fazer espetáculos nuas.

Em algumas regiões da Grécia Antiga, tais como Mino e Esparta, a nudez era muito bem aceita. Os soldados espartanos combatiam nus. Também nos Jogos Olímpicos os atletas competiam nus e os juízes estavam geralmente despídos: era uma forma de verificar que não havia mulheres presentes nestas cerimónias sagradas. A palavra ginásio significa local de nudez. Na época do Império Romano a nudez era habitual nos banhos públicos. No entanto, a exposição de um corpo nu fora destes contextos era considerada humilhante.

Até ao início do século VIII, os batismos cristãos eram feitos com a pessoa batizada nua e imersa em água, como símbolo de um novo nascimento. O desaparecimento desta prática assentou uma certa conotação sexual com a nudez.

Durante a época vitoriana, a nudez era considerada obscena, existindo nas praias equipamento para mudança de fatos-de-banho que permitia trocar de roupa sem expor o corpo nu ao olhar de espectadores.

Na atualidade, a nudez não é geralmente aceita nas sociedades, com a exceção da nudez artística. Todavia, existem exceções, tanto para certas partes do corpo (o torso nu do homem é exposto em quase todas as sociedades sem levantar questões acessórias), como para situações onde a nudez é vista como necessária.

Terminologia

A nudez pode ser dividida em parcial ou total, dependendo do grau de exposição das partes íntimas. A nudez parcial pode ser associada a exposição das nádegas ou pela exposição dos seios das mulheres (chamada de topless), a nudez total é a exposição dos órgãos genitais tanto masculinos quanto femininos.

Sociedades

Algumas sociedades ainda mantêm o hábito de viverem nus, a maioria dessas sociedades estão localizadas na América do Sul, na África e na Ásia.

Na África, muitas sociedades usam a anasyrma para atrair boa sorte, na África subsariana a nudez é praticada pelos povos Nuba e Surmas, na Ásia a nudez era praticada por alguns povos da Índia e da Tailândia.

No Brasil, atualmente todos os Povos do Xingu vivem nus, durante a colonização, muitos povos que habitavam o litoral brasileiro perderam o hábito de viverem nus, aproximadamente uma população de 2 milhões de pessoas, dentre os grupos principais tem-se os Tupinambás, Tremembés, Potiguaras, Tabajaras, Caetés,

Tupiniquins, Aimorés, Goitacazes, Temiminós, Tamoios, entre outros. Alguns índios do Brasil mantêm apenas a prática do topless.

Nas sociedades ocidentais, devido à valorização do pudor, a nudez é fortemente relacionada à sexualidade, por isso, costuma ser aceita apenas em determinadas situações.

Nudez pública

A nudez pública varia dependendo da cultura, do horário, do contexto e da atividade, a maioria das sociedades adotam a nudez como exceção e não como regra.

Algumas legislações permitem nudez parcial ou total em determinados lugares, principalmente em parques ou praias, esses espaços podem ser abertos ou reservados somente a praticantes. Também pode ser permitido nudez em determinados eventos organizados por grupos, ou eventos fotográficos ou de filmagens, eventos publicitários e alguns festivais.

O topfreedom é um movimento que tenta legitimar o direito de nudez parcial para mulheres (topless), o movimento já ganhou adeptas em várias partes do mundo.

A nudez também é usada em protestos, essa forma de protesto foi popularizada na década de 1960, geralmente são protestos contra guerras ou exploração, ou a favor de direitos.

Nudez privada

A nudez privada é mais comum, mas varia de acordo com a situação, quando se está sozinha ela é mais comum, quando com um parceiro ela dependerá do nível de intimidade e inibição de um ou do outro, muitas vezes pode ser restrita a cômodos da casa como quarto e banheiro, ou apenas ao interior da casa (excluindo jardim ou quintal), também é possível o caso de nudez em relação à visitantes da casa.

Crianças

Existem diferentes opiniões sobre se, como e quando os pais podem aparecer nus na frente das crianças, alguns psicólogos infantis como Betty N. Gordon and Carolyn S. Schroeder não vêem problema em pais aparecerem nus ou tomarem banho com os filhos, aos 6 anos, as crianças começam a desenvolver o senso de pudor, alguns autores como Bonner recomendam a interrupção da nudez se a criança relacioná-la à sexualidade.

Um estudo de 18 anos feito por Paul Okami concluiu que não existe nenhum efeito negativo relacionado a exposição de nudez dos pais aos filhos, em alguns casos, ela pode ter efeitos benéficos em garotos.

Nos Estados Unidos, um estudo feito por Alfred Kinsey, 3% dos participantes disseram haver nudez frequente em casa, 17% nudez usual, 5% raramente e 75% nunca, o estudo constatou que não houve diferença significativa entre o que foi relatado por homens e mulheres no que diz respeito à frequência de nudez em casa.

Crianças vendo nudez

Atitudes em relação às crianças ao ver pessoas nuas varia substancialmente, dependendo da cultura da criança, idade e do contexto da nudez. Na televisão, existe o watershed que limita a exibição de nudez de acordo com o horário, algumas legislações permitem exceções justificadas de acordo com o contexto, países escandinavos são conhecidos por serem mais abertos em relação à nudez na televisão.

Em muitas escolas da Europa e dos Estados Unidos, banhos em grupo, separados por gêneros, são comuns em escolas após aulas de educação física, um estudo no Colorado mostrou que estudantes que praticam banho grupal tem uma menor noção de privacidade, em uma entrevista com o diretor de uma escola de ensino médio, as maiores objeções aos banhos nas escolas vêm dos pais dos alunos.

Em famílias naturistas e nudistas, as crianças tanto praticam, quanto vêem familiares e outras pessoas nuas.

Representações de nudez infantil

A representação de nudez de crianças na arte aparece em praticamente todos os períodos da história da humanidade, durante o período do Renascimento, muitos garotos eram representados em obras de tema cristão, muitas vezes representados como anjos, a nudez infantil era uma representação de pureza, inocência e amor, muitas obras de artistas como Caravaggio e Michelangelo fizeram tais representações.

Durante o século XIX e início do século XX, a nudez infantil parou de ser associada à religião e ganhou um tom mais bucólico, seus principais nomes são Henry Scott Tuke, Otto Lohmüller, Balthus e William-Adolphe Bouguereau, nessa época também foi feita o Manneken Pis, uma das mais famosas esculturas envolvendo nudez infantil.

Durante o século XX, fotógrafos profissionais como Jock Sturges, Sally Mann, David Hamilton, Jacques Bourboulon, Garo Aida, e Bill Henson fizeram fotos de crianças e adolescentes nus para livros, revistas e exposições de arte. Alguns filmes entre a década de 1960 e década de 1980 também apresentavam nudez infantil, sendo o mais famoso deles Pretty Baby de 1978 estrelado por Brooke Shields quando tinha 11 anos, no Brasil, o caso mais famoso foi o do filme Amor, Estranho Amor estrelado pelo ator Marcelo Ribeiro quando tinha 11 anos.

A nudez infantil começou a ser fortemente condenada a partir da década de 1990 motivada pelos os vários casos de abuso sexual contra crianças que surgiram durante o período, os principais opositores são ativistas cristãos conservadores, sendo Randall Terry um de seus principais nomes.

Esses ativistas passaram a relacionar a nudez infantil ao abuso sexual, Randall Terry tentou sem sucesso retirar imagens de nudez infantil do acervo do Metropolitan Museum of Art, em 2008 a polícia australiana invadiu

uma exposição de Bill Henson sobre a alegação de pornografia infantil, sendo esse o primeiro incidente da exposição que era realizada desde 1975, logo após Polixeni Papapetrou publicou uma foto nua de sua filha Olympia Nelson na Art Monthly Australia.

Atualmente, muito tem-se questionado à classificação da nudez infantil, correntes conservadoras e religiosas consideram qualquer tipo de nudez infantil (total ou parcial) como pornografia, correntes mais liberais costumam separá-las.

Nudismo e naturismo

O nudismo e o naturismo são dois movimentos culturais que defendem a nudez social, privada e familiar, existindo atualmente em vários países do mundo. O nudismo é simples prática da nudez social, o naturismo é a prática da nudez junto à natureza.

Os locais da prática podem ser permanentes ou temporários, fechados ou abertos. Os locais mais comuns da prática de nudismo são as praias, lagos e rios que costumam ser permanentes, algumas cidades possuem locais de nudismo em área urbana. Também podem existir chácaras, clubes, hotéis, casas, ou piscinas, esses locais costumam praticar o nudismo temporariamente.

O órgão representativo internacional do naturismo é a Federação Internacional de Naturismo, algumas localidades possuem uma legislação específica para a prática do nudismo.

Os membros geralmente são classificados como permanentes ou visitantes. A nudez pode ser obrigatória ou facultativa, dependendo das regras do lugar. Naturistas costumam relatar benefícios filosóficos, espirituais, pedagógicos, de saúde, de relacionamento, entre outros.

Nudez no banho

A nudez no banho é necessária para manter a higiene humana, os banhos podem ser individuais ou coletivos, os

banhos podem ser praticados em espaços públicos ou privados, sendo naturais ou em construções humanas.

A Civilização do Vale do Indo praticava banhos coletivos como forma de purificar suas almas. No Japão, Sentō e Onsen são locais de banhos coletivos.

O banho em rios, lagos e praias são os espaços públicos mais comuns, atualmente, o banho de rio é pouco praticado, sendo mais comum em lagos ou em praias quando reservados para isso. Espaços abertos como fontes de praças raramente são utilizados.

A Civilização do Vale do Indo praticava banhos coletivos como forma de purificar suas almas. Em países escandinavos, é popular o uso de saunas. No Japão, Sentō e Onsen são locais de banhos coletivos.

Nudez na mídia

Cinema do Brasil

Assim como no cinema estadunidense, a nudez sempre esteve presente no cinema brasileiro. Houve aparições esporádicas nos primeiros filmes produzidos no país - especialmente em documentários sobre povos nativos -, mas as cenas de nudez começaram a aparecer de maneira constante nos filmes a partir da primeira metade década de 1960. Em 1962, Norma Bengell aparece nua no filme Os Cafajestes, naquela que é reconhecida como a primeira cena de nu frontal do cinema comercial brasileiro. Em 1964, ocorreu o golpe militar no país, mas ainda demoraria alguns anos para que a censura fosse imposta de modo mais forte. Nessa época era comum homens aparecendo expondo apenas a parte posterior de seu corpo; em 1966 Paulo José expôs seu derrièrre em Todas as Mulheres do Mundo e em 1968 em O Homem Nu, por exemplo. Com o decreto do AI-5 no ano de 1968, a censura ganhou mais força e os filmes sofreram com isso. A partir daí a nudez era constantemente banida de filmes. Na segunda metade da década de 1970, com o enfraquecimento da ditadura, surgem as

pornochanchada - comédias eróticas com as mais variadas cenas de nudez; todas elas super-sexualizadas. Fora do gênero, a nudez de natureza não-sexual é explorada novamente, enquanto outros filmes exploram as cenas de sexo baseando-se na crença de que "sexo vende". A nudez continuou muito presente nas décadas seguintes no cinema brasileiro, ocorrendo a desbanalização do frontal masculino. Hoje, todos filmes produzidos no país recebem uma classificação indicativa do Ministério da Justiça e só podem ser vistos por pessoas de certa faixa etária específica.

Cinema dos Estados Unidos

*A representação da nudez em filmes americanos sempre foi controversa. Vários filmes da era silenciosa de Hollywood já apresentavam nudez de uma forma artística e não-sexual. Em resposta às objeções de vários grupos conservadores, as cenas de nudez foram proibidas de filmes produzidos pelos grandes estúdios em 1934 pelo Código das Produções da Motion Picture Association of America (Associação de Filmes dos EUA) - conhecido popularmente pelo nome de Código Hayes. Tal Código dizia que os filmes só poderiam ser exibidos nos cinemas norte-americanos após receberem um selo de aprovação de um júri formado por membros da MPAA. A forte censura regeria até o ano de 1964, quando o filme *The Pawnbroker* - que mostrava os seios completamente nus de uma mulher - recebeu aprovação do júri da MPAA. Anteriormente a esse filme, apenas alguns documentários e filmes estrangeiros mostravam cenas de nudez sem serem perseguidos pela censura do Código das Produções. Em 1959, o filme *The Immoral Mr. Teas* se tornou o primeiro filme da indústria erótica a ser exibido em cinemas (antes disso os filmes pornográficos eram exibidos em bordéis como forma de estimular os clientes). Com a instituição voluntária do sistema de classificação por faixa etária pela MPAA em 1968, a nudez finalmente pôde ser legitimadamente incluída num filme comercial*

de sucesso. Desde então, vários filmes começaram a usar a nudez em níveis variados; no entanto, a nudez frontal ainda é muito mais presente no cinema europeu do que no norte-americano. Nos Estados Unidos, a violência é muito mais aceita na mídia do que a nudez, ao contrário da Europa.

Televisão

Apesar de ser muito comum haver nudez nos programas das redes de televisão brasileiras e européias, essa prática é muito incomum na televisão estadunidense. Ao longo dos anos, houve aparições esporádicas de pessoas nuas em programas feitos pelas redes abertas de televisão dos Estados Unidos, como na minissérie Raízes e no seriado Nova Iorque Contra o Crime.

A rede pública PBS exibia alguns filmes da BBC com nudez envolvida. Alguns filmes que contêm nudez, quando exibidos na televisão têm suas cenas mais fortes cortadas ou editadas com tarjas pretas. O único filme a ser exibido em sua versão original, com palavras pejorativas e nudez, foi A Lista de Schindler pela NBC em 23 de fevereiro de 1997. Alguns canais da televisão a cabo, como HBO e Showtime, exibem os filmes em suas versões originais. Esses canais também produzem seus próprios filmes, séries e documentários, com palavras profanas e nudez, como Sex and the City e Oz.

Recentemente, com o escândalo do Super Bowl XXXVIII, as redes de televisão temem ser multadas por exibirem cenas de nudez em seus seriados. Agora, as novelas, os filmes, os seriados e até mesmo os programas de esporte do horário nobres, estão sobre constante vigilância da FCC (Comissão Federal das Comunicações). Curiosamente, as cenas de nudez apresentadas em séries de animação (como em Os Simpsons e Family Guy) não causam multas para as redes que os exibem.

A nudez total na televisão é mais encontrada em canais de sexo explícito e relacionada a relações sexuais ou programas de striptease, um dos poucos programas com

teor de nudez que ganhou notoriedade foi o Naked News, criado no Canadá que consiste de um programa de notícias apresentado por repórteres fazendo striptease ou em nudez total.

Nudez e religião

As opiniões sobre nudez variam de acordo com as religiões.

Religiões abraâmicas como o cristianismo, o judaísmo e o islão reconhecem a existência de Adão e Eva, no cristianismo a nudez é associada ao pecado original, o judaísmo não considera a nudez pecado, no islão as roupas são consideradas uma proteção contra o mal.

Cristianismo

No cristianismo, no evangelho segundo João descreve Pedro Simão pescando nu em um barco e se veste logo quando encontra Jesus, o Livro de Isaías e o primeiro dos Livros de Samuel descrevem Saul pregando nu. A primeira liturgia registrada do batismo, escrito por São Hipólito de Roma, em sua "Tradição Apostólica", exigiu homens, mulheres e crianças para remover toda a roupa, incluindo todos os objetos estranhos, como jóias e presilhas de cabelo. Esta prática é refletida na arte cristã primitiva representando o batismo.

Com o passar do tempo, as atitudes de nudismo no cristianismo ficaram mais restritas e os batismos passaram a ser realizados com roupas, algumas igrejas ortodoxas ainda mantém os batismos nus.

Uma passagem do livro Amor e Responsabilidade escrito pelo Papa João Paulo II em 1960 diz: "O corpo humano pode permanecer nu e descoberto e preservar intacto o seu esplendor e sua beleza ... Nudez como tal não deve ser equacionado com descaramento físico ... Imodéstia está presente apenas quando a nudez desempenha um papel desfavorável no que respeita ao valor da pessoa ... O corpo humano não é, em si vergonha ... Falta de

vergonha (como vergonha e pudor) é uma função do interior de uma pessoa."

A tradição cristã não ensina a nudez como algo errado, mas alguns cristãos aceitam somente a nudez entre casais ou entre pais e filhos.

Durante o Renascimento, a Igreja Católica foi uma das principais patrocinadoras da arte com tema religioso, sendo Caravaggio e Michelangelo seus principais nomes, muitas das obras incluíam afrescos e estátuas com nudez total de homens, mulheres e crianças, muitas dessas obras estão espalhadas por várias igrejas na Europa, sendo o Teto da Capela Sistina uma das mais famosas artes com nudez do mundo.

A visão de nudez no cristianismo sempre mudou de acordo com a época, nos primeiros séculos, para os Adamitas a nudez social era prática comum, cristãos naturistas mantêm a nudez social como prática comum, com a premissa de que o corpo humano em seu estado natural é a maior das criações de Deus e que a morte de Cristo substituiu o sacrifício de sangue na tomada de peles de animais depois de Adão e Eva desobedeceram a Deus no Jardim do Éden, além disso, o fato de cobrirem suas vergonhas teria sido uma própria decisão dos dois, que foi insuficiente.

Nudez forçada

A nudez também pode ser usada como punição ou humilhação, principalmente quando feita em público. Durante a caça às bruxas, as supostas bruxas eram despidas para tentar se encontrar marcas para serem usadas como evidências, durante a II Guerra Mundial a nudez era usada para humilhar prisioneiros em campos de concentração.

Em 2003 houve um caso de tortura e abuso na Prisão de Abu Ghraib no Iraque por parte de militares dos Estados Unidos

Sexualidade

Na maioria das sociedades, a nudez é relacionada à sexualidade, muitas pessoas são sexualmente atraídas pelo erotismo, sendo a nudez uma expressão de intimidade e romantismo e a principal forma de relação sexuais. A sexualidade está em grande escala na pornografia, na prostituição, em prostíbulos e em danças como strip-tease.

Nem sempre a nudez é relacionada à sexualidade, como exemplo nos casos de desenho anatômico, de naturismo, nu artístico, artes cênicas.”

BIBLIOGRAFIA

- Almeida Demarquet, Sonia de, *“A Questão Indígena”*, Editora Vigília, Belo Horizonte - MG, 1986.
- Azpilcueta Navarro et alii, *“Cartas Avulsas”*, Editora Itatiaia, Belo Horizonte - MG, 1988.
- Cheuiche, Alcy, *“Sepé Tiaraju – romance dos sete povos das missões”*.
- Costa, Angyone Costa, *“Introdução à arqueologia Brasileira”*, Companhia Editora Nacional, São Paulo - SP, 1980.
- Davis, Shelton H., *“Vítimas do Milagre – o desenvolvimento e os índios do Brasil”*, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1977.
- Doria, Pedro, *“1565 – enquanto o Brasil nascia – a aventura de portugueses, franceses índios e negros na fundação do país”*, Editora Nova Fronteira Participações, Rio de Janeiro - RJ, 2012.
- Haubert, Maxime, *“Índios e Jesuítas no Tempo das Missões”*, Companhia das Letras, São Paulo - SP, 1990.
- Jecupé, Kaka Werá, *“A Terra dos Mil Povos, História Indígena do Brasil Contada por um Índio”*
- Keoke, Emory Dean e Porterfield, Kay Marie, *“Encyclopedia of american indian contributions to the world”*, Checkmark Books, New York – NY, 2001.

- Knauss de Mendonça, Paulo, *“O Rio de Janeiro da Pacificação”*, Biblioteca Carioca, Rio de Janeiro - RJ, 1991.
- Lisbôa, Thomaz de Aquino, *“Entre os Índios Münkü – a resistência de um povo”*, Edições Loyola São Paulo - SP, 1979.
- Magarinos, Domingos (Epiága), *“Muito Antes de 1500 – ensaio de Ethnogenia pré-histórica do Brasil”*, Madras Editora, São Paulo – SP, 2005.
- Marques Perdigão Malheiro, Agostinho, *“A escravidão no Brasil – ensaio histórico-jurídico-social”*, Parte 2ª. – Índios, eBooksBrasil, 2008.
- Melatti, Julio Cezar, *“Índios do Brasil”*, 2ª. edição, Coordenada – Editora de Brasília, Brasília – DF, 1972.
- Mindlin, Betty, *“Nós Paiter - os suruí de Rondônia”*, Editora Vozes, Petrópolis - RJ, 1985.
- Mindlin, Betty, *“Sepé Tiaraju – herói guarani, missioneiro, rio-grandense e, agora, herói brasileiro”*, Câmara dos Deputados, Brasília - DF, 2010.
- Moura Hue, Sheila, *“Primeiras Cartas do Brasil – 1551-1555”*, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro - RJ, 2006.
- Ribeiro, Darcy, *“Uirá sai à Procura de Deus – ensaios de Etnologia e indigenismo”*, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro - RJ, 1976.
- Paciornik, Moysés, *“Quem Mata Índio?”*, Editora Barddal, Curitiba - PR, 1991.
- *“Revista de Atualidade Indígena”*, ano III, n. 17, 1979.
- *“Revista de Atualidade Indígena”*, ano III, n. 19, 1979.
- Staden, Hans, *“Duas Viagens ao Brasil”*, Editora Itatiaia, Belo Horizonte - MG, 2008.
- Torres, Antônio, *“Meu Querido Canibal”*, Editora Record, Rio de Janeiro – DF, São Paulo – SP, 2000.
- Villegagnon et alii, *“Cartas por N. D. de Villegagnon e textos correlatos por Nicolas Barré e Jean Crespín”*, Fundação Darcy Ribeiro, Rio de Janeiro - RJ, 2009.